

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

**ROSILENE RIBEIRO COLCHON**

**MULHERES NAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO  
PARANÁ: DESAFIOS ASSOCIADOS A UMA PERSPECTIVA DE  
GÊNERO E PODER**

**CAMPO MOURÃO - PR  
2023**

**ROSILENE RIBEIRO COLCHON**

**MULHERES NAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO  
PARANÁ: DESAFIOS ASSOCIADOS A UMA PERSPECTIVA DE  
GÊNERO E PODER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Desenvolvimento.

**Linha de Pesquisa:** Formação humana, processos socioculturais e instituições

**Orientador:** Prof. Dr. Cleverson Molinari Mello

**CAMPO MOURÃO - PR  
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

COLCHON, ROSILENE RIBEIRO

MULHERES NAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO PARANÁ: DESAFIOS ASSOCIADOS A UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO E PODER / ROSILENE RIBEIRO COLCHON. -- Campo Mourão-PR, 2023.

86 f.

Orientador: Cleverson Molinari Mello.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.

1. Empreendedorismo. 2. Gênero. 3. Poder. I - Mello, Cleverson Molinari (orient). II - Título.

ROSILENE RIBEIRO COLCHON

**MULHERES NAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO PARANÁ:  
DEFAFIOS ASSOCIADOS A UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO E PODER**

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Cleverton Molinari Mello (Orientador) - Unespar, Campo Mourão



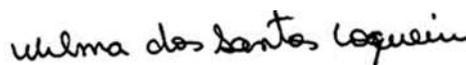
Documento assinado digitalmente

DONIZETE REINA

Data: 12/03/2024 18:05:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Donizete Reina – UFES, Vitória



Prof.ª Dra. Wilma dos Santos Coqueiro – Unespar, Campo Mourão

Data de Aprovação

29/11/2023

Campo Mourão - PR

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que vieram antes de mim e lutaram por liberdade e igualdade, pois, através delas, hoje sou livre e autora da minha própria história.

## AGRADECIMENTOS

Alegria de saber que fui capaz de concretizar uma importante etapa na trajetória da vida acadêmica de uma mulher. Os desafios durante o caminho foram muitos e, ao finalizar a minha dissertação, percebi que o trabalho não se concentra apenas nesses dois anos de estudo. Essa é uma trajetória que começa lá na infância, quando, em nosso caminhar, encontramos pessoas capazes de plantar sementes de esperança e empoderamento, e que fazem brotar dentro de nós o poder de acreditar na nossa capacidade de realização.

Agradeço imensamente a minha mãe, Maisi, por ser inspiração de força e empreendedorismo. Lembro-me, na minha infância, que ela me levava junto nas suas idas de casa em casa para fazer vendas e garantir, assim, em muitas situações, o sustento da nossa família. Ao meu pai Antônio (*in memoriam*), que tenho certeza de que, em algum lugar, está vibrando pela minha conquista.

Ao meu companheiro, Paulo Henrique, que tem acompanhado a minha jornada apoiando minhas escolhas, sejam elas pessoais, profissionais ou acadêmicas. A sua presença e o seu apoio foram fundamentais para o ingresso e a conclusão neste mestrado.

Às minhas filhas, Ana Maria e Helena, que acompanharam de perto a minha jornada de mestranda. Em função da pandemia, houve dias de aulas remotas que dividíamos o mesmo espaço de estudo em nosso lar, mesmo assim, elas foram afetadas pela minha ausência. Mas, quando olho para cada uma delas, penso que, de alguma maneira, meu estudo e empenho, assim como minha dedicação e determinação, possam ser um farol em suas jornadas.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Cleverton Molinari Mello, por ter me aceito como sua orientanda, e estar presente nesta caminhada. A Profa. Dra. Wilma dos Santos Coqueiro pela participação na minha banca e por suas aulas, que contribuíram de forma significativa para a conclusão desta pesquisa. Ao professor Donizete Reina que como membro da banca contribuiu com sugestões de grande relevância para conclusão deste trabalho.

Maria Maria

Maria, Maria é um dom, uma certa magia  
Uma força que nos alerta  
Uma mulher que merece viver e amar  
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania de ter fé na vida

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania de ter fé na vida

(Fernando Brant / Milton Nascimento)

COLCHON, Rosilene Ribeiro. **Mulheres nas empresas de pequeno porte no estado do Paraná**: desafios associados a uma perspectiva de gênero e poder. 88 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

## RESUMO

O empreendedorismo feminino não se refere apenas às empreendedoras, ele atravessa a sociedade, causando mudanças estruturais e comportamentais e impactado as relações de poder no campo pessoal e interpessoal. Diante disso, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: quais as percepções das empreendedoras em relação ao poder e gênero na gestão dos seus negócios? O objetivo foi refletir sobre as relações de gênero e poder no empreendedorismo feminino, com foco nas empresas de pequeno porte no estado do Paraná. Para tanto, foram abordadas questões de gênero, relações de poder, patriarcado, assim como a construção social do papel da mulher e evolução das mulheres no mundo do empreendedorismo. E, para uma maior compreensão do problema de pesquisa, optou-se pela pesquisa qualitativa, que foi realizada por meio de questionário semiestruturado com 84 empresárias, contendo participantes das 10 mesorregiões do Paraná. A Análise de Conteúdo sobre esse material possibilitou realizar interpretações dos relatos das empreendedoras com a intenção de refletir sobre seu sentimento pessoal e interpessoal em relação ao empreendedorismo. Os resultados mostraram que as empreendedoras sentem realização em empreender, pois encontram nessa atividade oportunidades de renda financeira, bem como de crescimento pessoal e profissional. Observou-se também correlação entre o avanço no nível de escolaridade das empreendedoras e o crescimento significativo da atividade empreendedora. Entretanto, elas relataram situações de sexismo e preconceito de gênero, além de uma sobrecarga de trabalho em função do acúmulo de papéis, relacionado sobretudo aos cuidados com a família, o que gera dilemas pessoais. Concluiu-se que as análises sobre as questões expostas pelas empreendedoras é um campo rico de oportunidades para refletir sobre a construção de caminhos mais igualitários para o desenvolvimento do empreendedorismo.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo, gênero, poder.

COLCHON, Rosilene Ribeiro. **Women in small businesses in the state of Paraná**: challenges associated with a gender and power perspective. 88 f. Dissertation (Master) – Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2023.

## ABSTRACT

Women's entrepreneurship does not refer only to entrepreneurial women, it crosses society, causing structural and behavioral changes. This phenomenon has impacted power relationships in the personal and interpersonal field. The research problem asked: What are the perceptions of women entrepreneurs in relation to power and gender in the management of their business? The study aims to reflect on gender relations and power in female entrepreneurship, with a focus on small companies in the state of Paraná. In order to reach the objectives of the research, issues of gender, power relations, patriarchy and the social construction of the role of women, as well as the evolution of women in the world of entrepreneurship were addressed. For a greater understanding of the research problem it opted for the qualitative research, being carried out by means of a semi-structured questionnaire with 84 women entrepreneurs, containing participants from the 10 mesoregions of Paraná. Content Analysis was used to make interpretations of the reports of entrepreneur women with the intention of reflecting their personal and interpersonal feeling in relation to entrepreneurialism. The results showed that entrepreneurs feel fulfilled in being an entrepreneur, as they find in this activity opportunities for financial income, as well as personal and professional growth. A correlation was also observed between the advancement in the level of education of female entrepreneurs and the significant growth in entrepreneurial activity. However, they reported situations of sexism and gender prejudice, in addition to an overload of work due to the accumulation of roles, mainly related to family care, which creates personal dilemmas. It was concluded that the analysis of the issues raised by the entrepreneurs is a rich field of opportunities to reflect on the construction of more egalitarian paths for the development of entrepreneurship.

**Keywords:** Entrepreneurship, gender, power.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Faixa etária das empresárias .....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 2 – Escolaridade das empresárias pesquisadas .....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 3 – Paraná: evolução de vínculos por nível de escolaridade (1985-2019) .....</b>	<b>56</b>
<b>Figura 4 – Principais segmentos de atuação empresarial .....</b>	<b>58</b>
<b>Figura 5 – Atividades exercidas pelas empresárias paranaenses.....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 6 – Tempo de desempenho nas atividades empresariais .....</b>	<b>60</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Definições de empreendedorismo .....</b>	<b>39</b>
<b>Quadro 2 – Mesorregiões do Paraná .....</b>	<b>51</b>
<b>Quadro 3 – Municípios pesquisados por mesorregião do Paraná .....</b>	<b>51</b>
<b>Quadro 4 – Distribuição dos participantes da pesquisa por município .....</b>	<b>52</b>
<b>Quadro 5 – Etapas da análise .....</b>	<b>53</b>
<b>Quadro 6 – Categorias de análise.....</b>	<b>61</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EPP	Empresas de Pequeno Porte
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i> (Monitoramento de Empreendedorismo Global)
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Irme	Instituto Rede Mulheres Empreendedoras
Jucepar	Junta Comercial do Paraná
LGBTQIAP+	Sigla utilizada para representar a diversidade de gênero e orientação sexual de grupos, contemplando lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, interssexuais, assexuais e pansexuais
MEI	Microempreendedor Individual
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
STEM	<i>Science, Technology, Engineering and Mathematics</i> (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática)
TVET	<i>Technical Vocational Education and Training</i> (Ensino e Treinamento Técnico e Profissional)
Unesco	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 RELAÇÕES DE PODER E GÊNERO NOS ESPAÇOS SOCIAIS .....</b>	<b>15</b>
2.1 Mulher em uma sociedade historicamente patriarcal.....	15
2.2 O conceito de gênero e as relações de poder .....	20
2.3 A legitimidade do poder masculino.....	24
2.4 Poder simbólico.....	29
2.5 A mulher na sociedade patriarcal brasileira.....	31
2.6 Teorias feministas e o Estudo de Gênero .....	32
<b>3 AS MULHERES NO MUNDO DO EMPREENDEDORISMO .....</b>	<b>38</b>
3.1 Empreendedorismo feminino .....	38
3.2 Gênero no espaço organizacional.....	41
3.3 Colonização paranaense.....	43
3.4 O empreendedorismo feminino no Brasil.....	45
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>49</b>
4.1 Abordagem metodológica .....	49
4.2 Unidades de análise .....	50
4.3 Coleta de dados .....	52
4.4 Análise dos dados.....	53
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>55</b>
5.1 Dados sociodemográficos .....	55
5.2 Tipos de empreendimentos .....	57
5.3 Análise de Conteúdo.....	60
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as mulheres vêm conquistando uma parcela significativa dos espaços sociais, profissionais e políticos, em especial no setor empresarial, contribuindo, de maneira significativa, para o crescimento social e econômico. Carrijo e Ferreira (2017) analisam que, na esfera econômica, o papel das mulheres na criação e gestão de negócios é fundamental para o crescimento econômico e o desenvolvimento de países emergentes. Trata-se, portanto, de um tema de interesse para este trabalho, não só por sua importância, mas também pela vivência desta pesquisadora no meio empreendedor, atuando diretamente em projetos de empreendedorismo feminino.

A partir dos momentos compartilhados com empreendedoras, foi possível levantar questões sobre as relações e vivências dessas mulheres com o empreendedorismo e seus desafios sociais, culturais e psicológicos que impactam diretamente o cotidiano de seus negócios. E para refletir sobre isso, foi necessário ampliar a discussão para além das teorias de administração e empreendedorismo, encontrando, na interdisciplinaridade, a oportunidade de expandir o campo de pesquisa. Recorreu-se à antropologia, à história, à psicologia e à sociologia para buscar estudos de gênero que complementassem a discussão sobre os impactos da construção do papel da mulher no fenômeno do empreendedorismo.

Quando se abordam as questões de gênero como uma forma de expressão das relações de poder no espaço organizacional do empreendedorismo, objetiva-se identificar o quanto as mulheres empreendedoras são afetadas em seu cotidiano pela condição de gênero. Elas ultrapassam limites disciplinares, provocando diálogos entre os movimentos sociais, as teorias feministas, o patriarcado e o empreendedorismo.

No ambiente das micro e pequenas empresas brasileiras, é relevante a presença daquelas criadas e lideradas por mulheres, que, além de construir para si uma alternativa de inclusão ou permanência no mercado de trabalho, também geram empregos e promovem inovação e riqueza, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país (JONATHAN, 2005). No estado do Paraná, observa-se a crescente participação feminina em Empresas de Pequeno Porte (EPP). Segundo dados de 2021 da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), de cada três empresas ativas no Estado, uma é comandada por representante do sexo feminino (33,5%).

De acordo com Carrijo e Ferreira (2017), as mulheres empreendedoras no Brasil vêm ganhando espaço, entretanto, elas enfrentam desafios, como a consolidação dos seus direitos na sociedade e a conciliação entre a demanda familiar e a dos negócios.

Qualquer que seja o quadro de referência tomado, a família ou a situação de trabalho, suas funções assumem aspectos mais ou menos incompatíveis. A sociedade de classes não oferece à mulher um quadro de referência através do qual suas funções possam ser avaliadas e integradas. Neste tipo de estrutura social, a vida feminina se apresenta contraditória. Há, para as mulheres, uma necessidade subjetiva, e, muitas vezes, também objetiva, embora nem sempre a primeira se torne consciente, de integração na estrutura de classes e, de outra parte, uma necessidade subjetiva e objetiva de se dar à família [...]. Nestas circunstâncias, a mulher é levada a hierarquizar as funções que desempenha nas duas estruturas mencionadas, colocando suas funções profissionais em segundo plano, quando, na realidade, do ponto de vista de sua integração na sociedade, ambas deveriam ser colocadas em plano de igualdade. Qualquer hierarquização das funções femininas nas sociedades capitalistas reforça as dificuldades de integração da mulher na sociedade (SAFFIOTI, 1978, p. 58).

Embora os dados sejam otimistas quando se analisa o avanço das mulheres à frente de empresas, as barreiras socioculturais de gênero podem influenciar no resultado dos empreendimentos. Melo e Lopes (2012) relatam que, quando relacionado ao gênero, o empreendedorismo se apresenta com significados diferentes, que vão além da questão econômica, necessitando dissociar da mulher a imagem de figura frágil, sensível e previsível.

Essa percepção se encontra materializada nos dados da pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) – Monitoramento de Empreendedorismo Global. Em seu relatório de recorte temático por sexo, ela apresenta que, no Brasil, a taxa de empreendedoras mulheres em novos empreendimentos é de 43,2% e a de empreendimentos estabelecidos é de 33,7%, sendo que 55,1% delas decidiram empreender por necessidade e 42,8%, por oportunidade (GEM, 2021). Já com relação ao gênero masculino, no mesmo período, 43,6% empreendiam por necessidade e 53,7% por oportunidade (GEM, 2021).

Conforme dados do GEM (2021), no decorrer dos anos, tem ocorrido uma prevalência dos negócios iniciais femininos em determinados períodos e uma redução da diferença dos percentuais dentro da cronologia. Contudo, quando relacionado à durabilidade e à manutenção dos empreendimentos, o gênero masculino se sobressai.

As distinções entre os gêneros se revelam em práticas sociais e organizacionais que são representativas de um poder simbólico, definido por Bourdieu (2012) como um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem epistemológica em um conformismo lógico. Dentro dessa concepção, há uma diferença performativa entre os gêneros e que reforça papéis, abordagens e comportamentos tidos como “tipicamente masculinos”.

Diante disso, este trabalho propõe a seguinte questão: quais as percepções das empreendedoras em relação ao poder e gênero na gestão dos seus negócios? Para responder a essa pergunta, a presente pesquisa aplicou entrevistas com roteiro semiestruturado às

empreendedoras de empresas de pequeno porte das dez mesorregiões do Paraná. Com isso, objetivou-se identificar de que forma as relações de poder e gênero são vivenciadas pelas empreendedoras na gestão dos seus negócios.

Dentre os objetivos específicos, considerando a problemática do estudo e a divisão das sessões da presente dissertação, buscou-se: abordar a influência do patriarcado na história das mulheres, resgatando as relações de poder e gênero nos espaços sociais; analisar o empreendedorismo feminino na contemporaneidade; descrever as experiências vivenciadas pelas empreendedoras; e analisar como as relações de gênero e poder podem afetar o empreendedorismo feminino.

Para atender aos objetivos propostos, a estrutura da dissertação encontra-se dividida em seis partes, que abarcam a reflexão teórica sobre o contexto do tema, o método de pesquisa, os dados coletados e os resultados.

O primeiro capítulo é a introdução, que discorre sobre a motivação do estudo e sua importância, bem como sobre os objetivos e a contextualização do tema. No segundo capítulo, são apresentadas as relações de poder e gênero nos espaços sociais, contendo os seguintes temas: a mulher em uma sociedade historicamente patriarcal, o conceito de gênero e as relações de poder, a legitimidade do poder masculino, o poder simbólico, a mulher na sociedade patriarcal brasileira, as teorias femininas e o estudo de gênero. Já o terceiro capítulo aborda o empreendedorismo feminino, o gênero no espaço organizacional e a colonização paranaense.

O quarto capítulo, por sua vez, compreende a metodologia desta pesquisa, evidenciando os procedimentos de coleta e análise dos dados, assim como o modelo teórico do estudo, que teve como base a Análise de Conteúdo da Laurence Bardin. Os resultados e discussões são expostos e analisados no quinto capítulo, a partir dos dados coletados por meio de questionários referentes às percepções das empreendedoras em relação ao poder e gênero na gestão dos seus negócios. E, finalmente, no sexto capítulo, são apresentadas as considerações finais do estudo.

## **2 RELAÇÕES DE PODE E GÊNERO NOS ESPAÇOS SOCIAIS**

### **2.1 Mulher em uma sociedade historicamente patriarcal**

Para compreensão da desigualdade entre gêneros construída no decorrer da evolução humana, faz-se necessário, urgente e importante estudos e pesquisas que abordem temas relacionados à construção social do papel da mulher. Explorar aspectos históricos, culturais, antropológicos e sociais com um olhar interdisciplinar contribui para isso, pois abre possibilidades para a compreensão da construção sociocultural do papel da mulher, isto é, amplia debates e reflexões na busca de um maior entendimento do que é ser mulher.

Ao contextualizar a subordinação e o poder entre o homem e a mulher, segundo Eisler (2001), estudos arqueológicos revelam que, nas sociedades pré-históricas do período paleolítico e da era neolítica, o regime de organização social não estabelecia desigualdades entre sexos, mas se baseava na união e colaboração entre os membros do grupo, que viviam de maneira harmônica em um sistema de cooperação mútua.

Hahn (2016) aborda que as sociedades primitivas eram pequenas e apresentavam solidariedade entre homens e mulheres, que conviviam e trabalhavam conjuntamente na coleta de alimentos, na caça e na manutenção da família. Ainda que cada indivíduo fosse responsável por funções distintas, não havia relações de subordinação entre gêneros, pelo contrário, as comunidades se estruturavam a partir de práticas igualitárias.

Nas sociedades de caça aos grandes animais, em que a força física era essencial, iniciava-se a supremacia masculina. Mas a mulher ainda tinha um lugar importante, o de um ser sagrado, por possuir o privilégio dado pelos deuses de reproduzir a espécie, enquanto os homens se sentiam marginalizados nesse processo e invejavam as mulheres: “Essa primitiva inveja do útero” dos homens é a antepassada da moderna “inveja do pênis” que sentem as mulheres nas culturas patriarcais mais recentes” (MURARO, 2015, p. 5).

Engels (1997) analisa que os primeiros sinais de desigualdade social entre homens e mulheres surgiram a partir do desenvolvimento da agricultura e da metalurgia do cobre e do bronze, momento em que os grupos buscavam meios de acumular riquezas. Aqui se instaurou a supremacia masculina nas relações sociais, refletida no casamento como se conhece hoje, em que a mulher é propriedade do homem e a herança se transmite através da descendência masculina (MURARO, 2015).

A principal função do homem era zelar pela proteção da comunidade e pela produção de riquezas, enquanto a da mulher era dedicar-se ao cuidado dos filhos e dos serviços domésticos, além de executar o trabalho agrícola junto com os homens. De acordo com Hahn (2016), nessa nova organização social, o trabalho não está mais voltado à subsistência e defesa, mas a uma finalidade patrimonial, o que imputava à mulher tarefas de menor prestígio e de maior tempo de dedicação, colocando-a, assim, em situação de subordinação ao homem. Pessis e Matín (2005) também relatam que as mulheres passam a não ter acesso aos novos conhecimentos, ocorrendo a chamada “solidariedade masculina”, em que somente os homens tinham domínio das inovações técnicas, compartilhadas apenas entre eles.

A divisão do trabalho por gênero e a privação da mulher dessas informações foram precondições para a formação de uma ordem social que se guiava não mais pela igualdade e cooperação, mas pela desigualdade como algo natural entre gêneros. Dessa forma, diferentemente da mulher, que possuía o “poder biológico”, o homem foi desenvolvendo o “poder cultural” à medida que a tecnologia foi avançando (MURARO, 2015).

Esse novo sistema social, conhecido como patriarcalismo, foi responsável por impulsionar e expandir a dominação do homem sobre a mulher, justificando sua inferioridade e subordinação por meio de construções culturais que orientam até hoje a sociedade. Derivado do grego, em que “pater” se refere a pai e “arkhe” a origem e comando, o conceito de patriarcado abarca o sentido de comando do pai (DELPHY, 2009). Segundo Lerner (2019):

O patriarcado se refere à manifestação e à institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e as crianças na família, e na extensão da dominação masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. Isso implica que homens detém poder em todas as instituições importantes da sociedade e que as mulheres estão desprovidas de acesso a tal poder (LERNER, 2019, p. 239).

A família patriarcal não corresponde a um modelo único de organização familiar, isto é, ela apresenta variações ao longo do tempo e de acordo com o lugar, mas todas elas influenciaram a sociedade como um todo, na cultura, na religião, na política e na economia (CASTELLS, 2018). Aliás, o patriarcado é um forte sistema de dominação econômica, materializado na divisão sexual do trabalho. Na Grécia, por exemplo, o papel da mulher era reduzido às funções de mãe, prostituta ou cortesã:

O discurso de matriz filosófica grega [...] pensava a mulher como um objeto, ou seja, “criaturas irracionais, sem pensar próprio”, que deveriam viver sob o controle dos homens. Representações estas que, é possível perceber no

pensamento filosófico de Platão, Aristóteles e Hipócrates, que, por meio de um discurso masculino sobre o corpo feminino, construíram mitos que justificavam a inferioridade e a fragilidade feminina. Quanto às representações femininas presentes no discurso da moral católica, o modelo judaico-cristão exerceu influência significativa na definição do lugar ocupado pela mulher na igreja, na sociedade e na cultura ocidental, não restando dúvidas de que esse discurso foi fundamental para reforçar as desigualdades de gênero (FARIAS, 2009, p. 12).

Lerner (2019) discorre que o patriarcado foi uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 anos até ser concluído. Nesse percurso, foram estabelecidos social e culturalmente os papéis da mulher de prostituta ou esposa. Aliás, “o primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento. O papel de gênero *obverso* do homem foi ser aquele que executava a troca ou que definia os termos da troca” (LERNER, 2019, p. 263).

É como afirma Pateman (1993), o poder patriarcal é o mediador das relações sociais estabelecidas por meio do contrato sexual na era moderna, que determina o poder dos homens sobre as mulheres e a exclusão delas do mercado de trabalho. De acordo com a autora, a origem da subordinação e inferiorização da mulher está na teoria política do contrato, que é utilizada para explicar, de forma fictícia a passagem de uma sociedade em estado de natureza para uma sociedade civilmente organizada.

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

A abordagem de Pateman (1993) sobre o poder patriarcal está relacionada com a abordagem de Foucault (1999) sobre o biopoder. Esse mecanismo de poder foi denominado biopoder por Foucault (1999), que consiste em uma forma de poder em defesa da sociedade, sendo inverso, portanto, do poder soberano.

No contexto de soberania, o poder era exercido como um direito político sobre a vida dos súditos, ou seja, o modelo de poder era fundamentado na gestão da morte/vida (SOUZA; PASSOS, 2013). Já no novo direito político advindo da biopolítica, esse poder de morte converteu-se no complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida (BERTOLINI, 2018). É como resume Foucault (1999, p. 287), “o direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: O direito de fazer viver e de deixar morrer.” O biopoder se define como uma busca em entender profundamente o indivíduo, compreendendo como ele pensa, raciocina e age na sociedade:

A nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Se, por um lado, o poder em Foucault (1999) possui um caráter mais fluido, intangível, de modo que ele nem exista enquanto coisa, mas sim como mecanismo, por outro, Bourdieu (2012) considera que o poder exige a cumplicidade do outro, por exemplo: na violência simbólica, para ela ser exercida, é preciso que o dominado reconheça o papel ativo do agente no processo de dominação.

Saffioti (2014) apregoa que o patriarcalismo tem como base a hierarquia sobre a mulher e a solidariedade entre homens. Os homens se unem solidarizando-se e, a partir da troca de informações, mantêm a mulher sob o seu controle dentro de um sistema pensado e desenvolvido por eles. Mas, segundo a mesma autora, o patriarcado é fomentado também pela atuação das próprias mulheres, que, motivadas pelo sistema, agem com violência umas contra as outras, ainda que de forma involuntária, e se neutraliza nas práticas de opressão contra a mulher.

Dentro dessa mesma perspectiva, Pateman (1993) analisa que o patriarcado não diz respeito somente à hierarquização da família, ele se expande em outros ambientes, como a Igreja, as escolas, o próprio Estado e o mercado de trabalho. Em outras palavras, temos espaços sociais estruturados com um sistema que coloca a mulher em condição de desigualdade, reafirmando, assim, a supremacia masculina.

De acordo com os pressupostos de Pateman (1993) e Saffioti (2014), é perceptível que, desde que a sociedade deixou de ser nômade, o homem sempre foi a figura de destaque na sociedade, enquanto a mulher era sinônimo de obediência e subordinação em troca de proteção masculina. Nem em seu casamento a mulher se apresentava de forma igualitária, pois o próprio contrato de casamento era celebrado de forma a reconhecer o direito do homem sobre ela.

O sistema patriarcal fixou a cultura de inferiorização feminina que fundamenta até hoje processos discriminatórios na sociedade contemporânea, seja no âmbito familiar, social, educacional ou de trabalho. Isso compromete, por sua vez, o desenvolvimento das mulheres em diferentes áreas:

O universo do trabalho das operárias forma um sistema onde capitalismo e patriarcado se revezam para explorar dominando e dominar explorando. No caso da força de trabalho feminina, os mecanismos de exploração copiam, utilizam e duplicam os mecanismos de dominação. De um só golpe, exploração e dominação formam um sistema integrado onde a margem de liberdade das mulheres (enquanto mulheres, enquanto trabalhadoras) é extremamente reduzida: impõe-se à mão de obra feminina um estatuto dentro da empresa do qual é praticamente impossível sair (KERGOAT, 2018, p. 36).

Desde a Primeira Revolução Industrial, no final do século XVIII, as mulheres passaram a integrar a mão de obra no mercado de trabalho. E, no século XX, as duas Guerras Mundiais impulsionaram ainda mais a entrada e exploração da mão de obra feminina, pois, devido ao grande número de homens mortos durante os combates, seus postos ficaram vagos. Entretanto, a situação era discriminatória, visto que as fábricas empregavam uma grande quantidade de mulheres e crianças com salários muito mais baixos do que os recebidos pelos operários adultos (WEINSTEIN, 1995).

Esse cenário discriminatório e abusivo deu início às primeiras lutas feministas em favor do direito à igualdade. Fernandes, Campos e Silva (2013) detalham que essas primeiras lutas, originadas na segunda metade do século XIX, tiveram como objetivo principal a igualdade de direitos constitucionais e, em segundo plano, a igualdade no campo profissional. Para os autores, os movimentos feministas começaram a adquirir força a partir da Revolução Industrial, com as mulheres operárias e das classes médias reivindicando, por exemplo, o direito ao voto e melhores remunerações e condições de trabalho.

Com o passar dos anos, apesar de toda evolução que a sociedade vivenciou, as evidências de discriminação relacionada ao gênero ainda são perceptíveis quando realizado um comparativo salarial:

A exploração chega a ponto de os salários médios das trabalhadoras brasileiras serem cerca de 60% dos rendimentos médios dos trabalhadores brasileiros, embora, nos dias atuais, o grau de escolaridade das primeiras seja bem superior ao dos segundos. A dominação-exploração constitui um único fenômeno de duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua

sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (SAFFIOTI, 2005, p. 42).

Grande parte das mulheres já venceram as imposições tradicionais decorrentes do binômio exploração/dominação, lembrando que o patriarcado, segundo Saffioti (1987, p. 50), “não se resume a um sistema de dominação, [...] ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”.

Contudo, ainda há mulheres que enfrentam dificuldade para integrar o meio social em condições de igualdade ao homem. Isso porque, segundo Castells (2018), as mulheres ainda estão inseridas em uma sociedade de cultura patriarcal e machista que, embora aceite que elas sejam detentoras de direitos tal como os homens, critica aquelas que lutam por reconhecimento social e profissional. Aprofundar-se no conceito de gênero pode auxiliar em uma maior compreensão do patriarcado e das relações de poder, bem como dos conceitos que permeiam a construção social do papel da mulher.

## **2.2 O conceito de gênero e as relações de poder**

A palavra poder vem do latim *potere* e significa o direito de deliberar, agir e mandar. Com o advento da Modernidade e, especialmente, da chamada Pós-modernidade, essa palavra é usada com diferentes conotações e em áreas do conhecimento cada vez mais específicas: poder social, poder econômico, poder militar, poder político, entre outros. Uma definição clássica de poder é a de Weber (2004), que o define como toda probabilidade de impor a própria vontade em uma relação social, apesar das resistências, ou seja, o poder se manifestaria como cada chance de um indivíduo impor sua vontade própria dentro de uma relação social, mesmo contra a relutância de outros.

Ao nascer, cada indivíduo, com base em diferenças estruturais e funcionais do corpo decorrentes da expressão dos cromossomos, é identificado com um determinado sexo, ou seja, a partir da observação anatômica dos órgãos externos, diagnostica-se uma condição que deve valer para toda a vida. Dessa forma, o conceito de sexo se limita a critérios biológicos pelos quais o ser humano se define como homem ou mulher, e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram ao longo da história (SAFFIOTI, 2005).

Nogueira (2001) expressa que, a partir de 1975, o conceito de gênero passou a compreender uma construção ideológica, em contraposição a sexo, que se mantém como uma especificidade anatômica. O termo gênero teve sua aparição inicial entre as feministas americanas, que buscavam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Essa palavra sinalizava uma rejeição ao determinismo biológico implícito nos termos “sexo” ou “diferença sexual”, bem como enfatizava o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.

Com base em algumas abordagens de análise de gênero, Scott chegou a três fundamentos cujas perspectivas são descritas da seguinte forma:

A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias angloamericanas de relação do objeto (*object-relation theories*), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1988, p. 77).

Algo perceptivo entre as abordagens dos três fundamentos, que têm colaborado com reflexões para a evolução da análise de gênero, é a necessidade de questionar a heteronormatividade, seja ao explicar as origens do patriarcado, as críticas feministas situada no interior do marxismo ou o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas.

Scott (1995) enfatiza que, devido à necessidade de reconhecimento das diversidades, os estudos que tratam da temática mulher passaram a abordar a perspectiva do termo “gênero”. Isso porque esta compreende e responde, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos, bem como de que forma essa situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais. Sobre isso, pontua Saffioti (2005):

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 2005, p. 47).

De maneira semelhante, Lauretis (1994) também realiza suas reflexões sobre o termo gênero, ao afirmar que gênero é, na verdade, a representação de uma relação:

O gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer [...]. Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (LAURETIS, 1994, p. 210).

Para Lauretis (1994, p. 212), as concepções de masculino e feminino formam, em cada cultura, um sistema de gênero “que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais”. Relacionando gênero e poder, Scott (1995, p. 88) detalha que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.

Segundo Strey (1998), é por meio das pessoas e das gerações que se ensinam atitudes e comportamentos relacionados a cada sexo, ou seja, é a própria sociedade que instrui sobre condutas femininas ou masculinas. Lauretis (1994) amplia essa discussão demonstrando que a construção cultural do sexo e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero por meio de diferentes culturas estão sistematicamente ligadas à desigualdade social. Dessa forma, quanto menos a sociedade discriminar as relações entre os sexos, pouco a pouco haverá mais respeito e aceitação dos indivíduos.

Na concepção de Butler (2003), a construção da identidade masculina ou feminina não é necessariamente associada ao sexo biológico, pois ela é culturalmente construída, ou seja, o que importa são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado. A autora também questiona a aplicabilidade dos termos homem e mulher a corpos definidos como tal e o fato de os gêneros serem reduzidos a dois. E, ainda, Butler revela uma forte influência (pós)freudiana ao demonstrar que o ser humano é naturalmente de índole bissexual, de modo que, se ele desenvolver somente uma dessas possibilidades, ele vai procurar recompensar a outra recusada.

Uma outra questão discutida por Butler (2003) é o estereótipo criado de que o homem homossexual é sempre um ser efeminado, enquanto o homem heterossexual se enquadra no estilo “machão”. A autora desconstrói essa ideia ao observar que estes exageram sua heterossexualidade como forma de defesa contra sua homossexualidade. De acordo com Butler (2003), isso decorre de uma heterossexualidade compulsória ou normativa a que os indivíduos estão expostos na estrutura cultural, como se a masculinidade heterossexual fosse apenas uma defesa do inconsciente humano contra a identidade homossexual.

De maneira ampla, Scott (1995) aborda o gênero a partir de quatro elementos inter-

relacionados. Em primeiro lugar, símbolos culturalmente disponíveis que forçam representações simbólicas. Em segundo, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, normatizando e comunicando o que pode e deve ser feito. O terceiro aspecto das relações de gênero consiste em reforçar uma noção de permanência da natureza em relação à representação binária do gênero. E o quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva que ocorre na relação com o outro.

Ruiz (1998), por sua vez, enfatiza que muitas das fontes de controle sobre as práticas de gênero são invisíveis. Gênero, assim como raça e classe social, são categorias verbais socialmente construídas, transmitidas de geração em geração, por meio de práticas culturais que exercem controle sobre a manutenção de comportamentos adquiridos e mantidos a depender do gênero do indivíduo.

Já Beauvoir<sup>1</sup> (1979) discute a desnaturalização do papel da mulher, defendendo que o sexo biológico influencia pouco nas distinções de gênero. Ao sistematizar a distinção entre a dimensão biológica e social da mulher, ela introduz teses que se tornaram parte das primeiras teorias feministas amparadas nas seguintes noções: de que sexo é definido no nível orgânico pelas diferenças fisiológicas entre fêmeas e machos, enquanto gênero é construído pelos diferentes papéis sociais e estereótipos de feminilidade e masculinidade, os quais definem socialmente a distinção entre mulher e homem (NICOLODI, 2020).

Segundo Saffioti (2005), é necessário abordar o tema gênero a partir desse modelo de organização social sustentado em uma assimetria de poder entre homens e mulheres. Isso porque o conceito de gênero por si só não explicita necessariamente a assimetria de poder e a desigualdade de privilégios entre os gêneros. Com isso, é possível compreender, em profundidade, o real problema da desigualdade política existente, a qual torna invisíveis as contingências que estão por detrás desse modelo de organização.

Ao compilar o conceito de diferentes autoras/es abordadas/os, compreende-se gênero como uma categoria distinta da oposição macho e fêmea estabelecida pela biologia. Trata-se de uma construção social do masculino e do feminino, isto é, de uma noção socialmente construída, que está presente nas interações sociais, fazendo parte da estrutura argumentativa dos sentidos. Observa-se, assim, a partir dessas abordagens teóricas, que os estudos de gênero

---

<sup>1</sup> Simone de Beauvoir (1908-1986) contribuiu grandemente para a cultura com suas obras teóricas e literárias e com sua participação política nos acontecimentos sociais de seu tempo. Em *O segundo sexo* (1949), questionou a biologização do feminino ao propor que uma mulher não nasce uma mulher, mas torna-se, ou seja, as diferenças comportamentais de homens e de mulheres não dependem do sexo, que é definido pela biologia, mas sim de uma construção social, que é determinada pela cultura. Beauvoir representa um grande nome do feminismo universal e essa obra é emblemática da segunda onda do feminismo.

têm contribuído de forma significativa para a desconstrução dos padrões que definem e sustentam o que é ser mulher, ao atribuir-lhe comportamentos e papéis específicos e limitados.

### **2.3 A legitimidade do poder masculino**

Com sua força física, o homem tornou-se líder e explorador, conquistando terras e criando as primeiras cidades; e com a apropriação de seu poder sobre a fecundação, instaurou-se a diferença entre os sexos nos papéis sexuais e sociais. Mas a legitimação do seu poder tornou-se mais sólida por meio dos mitos, da atuação da Igreja, da legislação e do próprio corpo.

Com relação aos mitos, segundo Bulfinch (2006), sem o conhecimento da mitologia, uma grande parte da compreensão sobre as relações de poder e gênero não podem ser apreciadas. O mitólogo Campbell (1990) divide em quatro grupos todos os mitos conhecidos da criação: no primeiro, o mundo é criado por uma deusa mãe sem o auxílio de ninguém; no segundo, por um deus andrógino ou um casal criado; no terceiro, um deus macho toma o poder da deusa ou cria o mundo sobre o corpo da deusa primordial; no quarto, um deus macho cria o mundo sozinho.

Esses quatro grupos, que correspondem às etapas cronológicas da história humana, mostram a transição do matricentrismo para o patriarcalismo. A Grande Mãe, amorosa e não coercitiva dá lugar ao deus único e centralizador. Com regras rígidas, esse modelo representa os principais valores da sociedade patriarcal.

Observa-se, portanto, a importância da mitologia no imaginário coletivo. O mito, como uma representação coletiva, fornece padrões de conduta humana, dando significado e valor à existência humana. Nesse sentido, os mitos ajudam a legitimar as crenças das culturas tradicionais, como o poder masculino.

Questões religiosas também legitimam a dominação dos homens. Rocha (2009) contextualiza que a educação judaico-cristã exerceu forte repressão sobre a mulher e seu papel na sociedade. O exemplo máximo disso é a Inquisição, movimento da Igreja Católica que assegurou o patriarcado por séculos e perseguiu mulheres que pensavam ou agiam de forma livre ou diferente do comunal. Elas eram perseguidas e mortas, podendo ser queimadas em fogueiras publicamente:

enquanto se consumava o patriarcado, a trajetória feminina se fez filha de Eva, humilhada como pecadora e aliciadora do mal, para filha de Maria, valorizada como modelo de perfeição cujas virtudes eram a obediência, o silêncio e a

abdicação, sempre atendendo aos preceitos masculinos (ROCHA, 2009, p. 50).

É importante considerar, também, o papel das legislações na consolidação da cultura patriarcal, normatizando a vida dos homens e das mulheres com discursos e leis desqualificadores do feminino. O Brasil herdou leis do modelo Europeu que davam aos homens, sendo eles pais e maridos, poderes absolutos sobre as mulheres. Por exemplo, as Ordenações Filipinas, código publicado em 1603, dava ao marido plenos poderes para assassinar a esposa que estivesse em adultério, permitindo-lhe, também, matar o amante, caso ele fosse de uma classe social inferior.

O direito de castigar a mulher foi abolido pelo Código Criminal Brasileiro de 1830, em que se estabeleceu pena de um a três anos de prisão para a mulher casada que cometesse adultério. Essa pena, no entanto, era aplicada ao marido somente se ele tivesse “concubina teúda e manteúda”, o que significa que era permitido ao homem ter relações extraconjugais fortuitas. Ou seja, havia distinção entre o adultério do marido e o da esposa: para haver o primeiro, era necessário o concubinato, enquanto o segundo era caracterizado pelo desvio do preceito de fidelidade. Apenas no Código Penal de 1940 é que o adultério masculino passou a ser configurado a partir de qualquer ato de infidelidade conjugal; e somente em 2005, com a Lei n.º 11.106, o adultério deixou de ser considerado crime.

Fernandes (2007) complementa que a ordem patriarcal de gênero foi mantida. Por exemplo, o primeiro Código Civil Brasileiro, datado de 1916, determinou que a mulher casada era considerada jurídica e relativamente incapaz, necessitando ser representada pelo marido. Dessa forma, o Código caracterizou-se por uma configuração conservadora, patriarcal e machista, colocando os homens em uma posição de superioridade em relação às mulheres, como fica evidente nos dispositivos normativos referentes ao enlace conjugal do art. 233:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido incumbir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial.

III. Direito de fixar e mudar o domicílio da família.

IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do texto conjugal.

V. Proverá manutenção da família, guardada a disposição do art. 277 (BRASIL, 1916).

Esse Código, que substituiu as Ordenações Filipinas, é a condensação do patriarcado e da desqualificação do feminino em forma de lei, pois destaca a desigualdade entre homens e mulheres, colocando o marido como protetor e administrador, enquanto a mulher como protegida e incapaz. Em outras palavras, o Código Civil manteve a desigualdade jurídica estabelecida na legislação anterior, que determinava que o casamento tornava a mulher “relativamente incapaz” e dependente de seu marido para diversos atos da vida civil, tal como eram considerados os menores, os loucos e os indígenas.

Além de o código legislar sobre a incapacidade de mulheres administrarem suas vidas, fazendo refletir, no dia a dia das mulheres, dentro e fora dos lares, a desigualdade institucionalizada, o texto ainda delimita, com clareza, que o marido era o único portador do direito de anular o casamento por erro de consentimento referente à vida sexual pregressa de sua esposa.

Art. 218. É também anulável o casamento, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro.

Art. 219. Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge:

[...]

IV. O defloramento da mulher, ignorado pelo marido (BRASIL, 1916).

O domínio masculino prevalecia amparado pelo Código Civil de 1916, inclusive na educação dos filhos. Isso significa que, mesmo essa tarefa fazendo parte do principal papel civil das mulheres segundo a mentalidade social da época, ela era realizada sob direção do marido, que deveria comandar a vida familiar.

Em 1962, com a promulgação da Lei n.º 4.121, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, diversos dispositivos foram alterados, como: o da mulher que contraia novas núpcias e perdia a guarda dos filhos, o da autorização do marido para a mulher poder trabalhar fora de casa e até dispositivos dos direitos e deveres da mulher no casamento. Atualmente, o Código Civil de 2002 expressa em seu art. 1.636 que o pai ou a mãe que contrai novas núpcias ou estabelece união estável não perde, quanto aos filhos do relacionamento anterior, os direitos ao poder familiar, exercendo-os sem qualquer interferência do novo cônjuge ou companheiro (BRASIL, 2002).

Em relação ao texto constitucional, apesar de a Constituição Federal de 1946 abordar o tema das mulheres em poucos artigos, eles são importantes para protegê-las e garantir a igualdade entre os gêneros.

II – proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;

[...]

X – direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário;

[...]

XIV – assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante;

[...]

XVI – previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte (BRASIL, 1946).

Percebe-se que essa proteção tinha como foco a mulher que atuava no mercado de trabalho formal, o que representava uma pequena minoria. Isso porque não se destinavam atenção especial e medidas específicas de proteção a outros grupos de mulheres: as que se dedicavam a trabalhos informais, as que moravam e trabalhavam no campo e as que cuidavam da família e do lar.

Tanure (2014) relata que, a partir da década de 1960, as mulheres brasileiras que tinham acesso à educação começaram a se aperfeiçoar, o que abriu uma perspectiva maior de trabalho para as mulheres. Porém, o acesso a esse direito não foi igualitário, pois se restringiu àquelas que tinham condições econômicas para tanto. A autora ressalva que, em relação às mulheres pobres, essas mudanças não foram significativas, uma vez que o acesso a uma educação de nível médio ou superior não fazia parte da realidade delas.

Em acréscimo, Fernandes, Campos e Silva (2013) abordam que, além do acesso da mulher à educação superior, a conquista de direitos e as mudanças nos contratos matrimoniais foram importantes para a ampliação de espaço da mulher no mercado de trabalho:

A entrada no mercado de trabalho, o acesso à formação universitária e às novas formas de erotismo organizaram a luta feminina em defesa dos seus direitos. A pílula anticoncepcional e as mudanças nos contratos matrimoniais também foram, aos poucos, organizando a saída da mulher do universo doméstico e do exclusivo cuidado dos filhos, conduzindo-a para o espaço público, antes reservado quase exclusivamente aos homens (FERNANDES; CAMPOS; SILVA, 2013, p. 3).

A conquista de espaço no mercado de trabalho ocasionou, também, mudança e ampliação dos papéis das mulheres, que passaram a assumir trabalhos formais. Isso possibilitou que elas complementassem a renda familiar e, em algumas situações, tornassem a provedora financeira da família. Essa foi uma das grandes contribuições dos movimentos feministas.

Vindo ao encontro das aspirações por mais igualdade entre homens e mulheres, a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 foi um marco simbólico jurídico na conquista de igualdade de direitos e deveres de todos, conforme legislado no art. 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 2021). Além disso, o texto constitucional preconiza que:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...]

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

[...]

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL, 2021).

Tanure (2014) analisa que, com o fim da figura de chefia da sociedade conjugal, tem-se, também, o fim dos privilégios que sustentavam juridicamente a dominação masculina. O autor salienta que a legislação tinha o objetivo de diminuir a desigualdade de gênero, declarando uma concepção ideológica de igualdade entre homens e mulheres, inclusive no panorama do Direito do Trabalho:

No Brasil, uma mudança na concepção de igualdade entre homens e mulheres no trabalho ocorreu a partir do marco jurídico acerca do Direito do Trabalho presente na Constituição Brasileira de 1988. Ao declarar uma ideologia de igualdade de direitos e deveres, a Constituição desaparece com a figura centralizadora e masculina da sociedade conjugal, eliminando, juridicamente, a dominação masculina na organização patriarcal e a preferência que, até então, o homem tinha ante a mulher. Declarar a divisão dos deveres e responsabilidades conjugais para ambos protege não somente o lugar da mulher no lar, mas também, garante a possibilidade do trabalho (TANURE, 2014, p. 22).

Ampliando a análise, a noção de dominação também é legitimada pelos corpos, conforme Bourdieu (2021). Em outras palavras, os princípios fundamentais da visão que privilegia a dominação masculina (androcentrismo) são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo, isto é, eles são percebidos como expressões de tendências naturais. Assim, formas de olhar, expressar e falar passam a demonstrar uma divisão sexual que vai sendo paulatinamente somatizada a partir das relações de dominação de gênero.

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que

eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2021, p. 12).

Nas observações teóricas de Bourdieu (2021), a dominação de gênero mostra que a violência simbólica pode se perpetuar como valores sociais, levando a vítima a não identificar a violência e tornar-se conivente com tal situação.

A divisão dos gêneros inscrita na ordem social das coisas, a divisão dos dias, do calendário de atividades rurais, de espaço, bem como a oposição entre a casa e a assembleia, todas as divisões objetivas se veem inscritas nos corpos, na forma de disposições e se tornam princípios subjetivos de visão, categorias cognitivas através dos indivíduos veem e constroem o mundo como realidade significativa, viva. Tendo se originado do mundo, tais esquemas de percepção estão de acordo com a ordem objetiva das coisas e nos inclinam a tomar o mundo como dado. Essa concordância espontânea entre as estruturas sociais e as estruturas cognitivas – quando ocorre – é a base da experiência dóxica da dominação masculina como inscrita na natureza das coisas, invisível, não questionada (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Bourdieu (2012) também observa a divisão sexual a partir da análise do corpo no ambiente público e no privado. No primeiro, visto como mais aberto e abrangente, encontra-se o corpo masculino, já no segundo, mais restrito e limitado, está o feminino. Em sua análise, o autor usa o ambiente escolar como exemplo: enquanto os espaços amplos e externos são ocupados pelos meninos, a periferia ou os cantos os são pelas meninas.

Portanto, não é só a lei que pode atuar como instrumento da supremacia masculina, legitimando o poder do homem sobre a mulher, mas toda a construção social, que confere a mulher um lugar limitado no processo de construção da sociedade.

## **2.4 Poder simbólico**

O sociólogo Bourdieu (2012) abordou a dominação como um conceito que privilegia alguns grupos ou indivíduos em detrimento de outros. Ele questiona como se perpetuam a ordem estabelecida, as relações de dominação, os direitos, os privilégios e as injustiças de tal maneira que condições de existência das mais intoleráveis possam ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais.

Na concepção de Bourdieu (2012), em toda sociedade ou espaço social, os indivíduos, de maneira individual ou coletiva, travam uma luta na busca de alcançar seus interesses

específicos, tentando fazer valer uma determinada forma de perceber a realidade e de nela intervir. Esse lugar em que ocorre essa atuação é designado pelo autor de campo, que é composto por estruturas tanto objetivas quanto subjetivas, como instituições, linguagens, discursos, práticas, ritos e culturas.

No campo, que pode ser político, organizacional, familiar, intelectual, artístico, científico, social, entre outros, manifestam-se relações de poder, em uma permanente disputa pela possibilidade de um dos atores ser a voz legítima e exercer a dominação simbólica. O poder simbólico, presente nas relações do cotidiano, “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2012, p. 8).

Bourdieu (2012) evidenciou que as práticas de manutenção de poder mais bem sucedidas são as menos declaradas, e o capital simbólico captura essa noção. Segundo o autor, o poder nunca é tão eficiente e perigoso como quando se disfarça e ele é paradoxalmente ativado pelo subordinado. Dessa forma, o poder avança por meio de uma relação cognitiva de consentimento, evitando a necessidade de persuasão. É aqui que se configura a violência simbólica, aquela força que atua sem esforço, que molda o mundo sem que ele perceba e que ilude dominantes e dominados. A violência simbólica é suave, insensível e invisível às suas próprias vítimas, e é exercida essencialmente por vias simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento (BOURDIEU, 2012).

O autor afirma que não há como separar da história da sociedade os sistemas simbólicos, pois eles são instrumentos de conhecimento e de comunicação que dão origem à cultura dominante e à dominada (BOURDIEU, 2012). As classes dominantes são beneficiárias do poder econômico, social e simbólico, o qual está interligado com instituições e práticas sociais que o reproduzem, configurando a dominação simbólica. Ela envolve a dominação de uma etnia sobre uma outra, de classes dominantes sobre dominadas, de empregadores sobre empregados e do sexo masculino sobre o feminino.

Na concepção de Bourdieu (2012), a dominação masculina não está relacionada com questão de gênero, mas sim com a relação social existente entre o masculino e o feminino. Por exemplo, é esperado que as mulheres “sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa ‘feminilidade’ muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas” (BOURDIEU, 2012, p. 82).

É dessa forma que a dominação masculina é vivenciada pelas mulheres nos espaços que ocupam, sejam eles na família ou sociedade, a partir de uma violência simbólica que “tem por

efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis” (BOURDIEU, 2012, p. 82).

Saffioti (2005) analisa que naturalizar a mulher no espaço doméstico, deixando a esfera pública livre para o homem, é o caminho mais fácil e curto para legitimar a dominação masculina. E basta olhar ao redor para imediatamente identificar “símbolos” que podem ser padrões heteronormativos ou estereótipos femininos, com o objetivo de limitar o seu movimento em direção aos espaços de poder.

## **2.5 A mulher na sociedade patriarcal brasileira**

A colonização portuguesa implantou no país uma estrutura de dominação patriarcal e de exploração baseada no patrimônio e na hierarquia, cujo topo era ocupado por homens dotados de propriedades (SAFFIOTI, 2005). Segundo o autor, a história da instituição familiar no Brasil teve como ponto de partida o modelo patriarcal importado pela colonização, mas adaptado às condições sociais de país latifundiário e escravagista. Apesar da desintegração do patriarcado rural, que ocorreu de forma diferenciada em diversas regiões brasileiras, a mentalidade patriarcal ainda permaneceu influenciando diversos setores da sociedade, sobretudo a condição feminina.

De acordo com Prado Júnior (1976), a colonização brasileira ocorreu de maneira diversa da norte-americana. Nesta, o colono imigrou da Inglaterra levando sua família e tinha o desejo de se fixar na terra e construir um lar. No Brasil, a colonização teve outra base, pois o colono português imigrou sozinho, sem mulher e filhos, e não pretendia ficar. Ele veio a mando do rei como convidado a ser parceiro de um negócio lucrativo, portanto, imigrou com intenção de exploração da terra.

A violência contra o corpo da mulher indígena e o nascimento de crianças que não eram portuguesas e nem indígenas ficaram incontrolláveis com o tempo, criando um grande contingente de homens e mulheres sem identidade reconhecida. Diante dessa catástrofe social, os padres jesuítas pediram ao rei que mandasse vir mulheres brancas portuguesas. Não importava sua condição social, inteligência, beleza ou outros qualificativos, o Reino precisava que elas viessem, assumissem seu papel de reprodutoras e parissem portugueses, que seriam os verdadeiros mandatários da Colônia. Inclusive, o ideal de toda mulher casada com um colono era o casamento e a fecundação de uma prole numerosa (RIBEIRO, 1995).

Fica evidenciado que o sistema patriarcal deixou marcas profundas de gênero no período de escravidão. Prado Júnior (1976) descreve que, no Brasil Colônia, a mulher escravizada tinha uma função não só na produção econômica, mas também na satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores. De acordo com Saffioti (2014, p. 236): “cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual”. No período da escravidão, a mulher negra assumiu um papel marcante. Mary Del Priore (1993) detalha que as negras, mão-de-obra necessária ao enriquecimento da metrópole, foram obrigadas a se desdobrar entre a roça, a cozinha e a cama.

Diante disso, o patriarcado pode ser visto como um modo de poder que constitui uma hierarquia nas relações, invade os espaços sociais e impossibilita a presença significativa das mulheres em espaços de poder. Até o final do século XIX e início do XX, o espaço das mulheres estava restrito ao ambiente doméstico e somente após árduas lutas é que elas conquistaram espaços que lhes eram proibidos, como o mercado de trabalho. É dessa forma que a trajetória das mulheres no Brasil foi marcada pela dominação masculina.

## **2.6 Teorias feministas e o estudo de gênero**

Goldenberg e Toscano (1992) destacam que o movimento feminista, enquanto ação organizada de caráter coletivo e que visa mudar a situação da mulher na sociedade, eliminando as discriminações a que ela está sujeita, surgiu na Europa ocidental, a partir do século XVIII. O movimento teve como uma de suas precursoras Olympe de Gouges (1748-1793), que propôs a aprovação da Declaração aos Direitos da Mulher Cidadã, na França, em 1791. No Brasil, o direito ao movimento feminista ocorreu por meio da articulação promovida por Bertha Lutz, no início do século XX, sendo conquistado posteriormente em 1945, quando as mulheres brasileiras votaram pela primeira vez.

As primeiras ondas do feminismo surgidas no país tiveram como foco o movimento sufragista, sendo denominado como “feminismo bem-comportado”, pois não questionava a opressão sofrida pelas mulheres. Pinto (2010) relaciona o surgimento de mais duas vertentes do feminismo: uma denominada de “Mal-comportado”, composta por anarquistas, intelectuais e líderes operárias, e com foco na defesa da educação e nos questionamentos acerca da dominação masculina; e a outra vertente originada do Partido Comunista e do movimento anarquista, tendo Maria Lacerda de Moura como expoente.

Em relação ao conceito, Goldenberg e Toscano (1992, p. 58) entendem que feminismo “significa reivindicar estes direitos sociais e assumir as responsabilidades que deles são

decorrentes, não em busca de uma igualdade com o homem, mas respeitando-se as diferenças entre os dois gêneros”. Nesse sentido, complementam Narvaz e Koller (2006, p. 648), o feminismo é “uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes.”

Historicamente, o movimento feminista teve quatro grandes momentos, também chamados de ondas. De acordo com Silva (2018), a primeira onda do movimento feminista teve início no fim do século XIX e lutou pelo direito ao voto feminino e pelo fim de casamentos arranjados. Essa onda foi denominada de feminismo da igualdade, pois reivindicava isonomia e reformas no judiciário.

Segundo Narvaz e Koller (2006), houve diversos movimentos liberais de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, como o direito ao voto feminino, uma conquista feminina que só foi possível por meio do movimento sufragista ligado ao feminismo.

As sufragistas, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2010, p. 15).

Durante esse período, Sojourner Truth, uma abolicionista e ex-escravizada, fez um discurso inesquecível para a história sobre a convergência entre o sufrágio feminino e os direitos dos negros. A partir dele, a frase “Eu não sou mulher” assumiu um significado próprio dentro das reflexões do movimento feminista da primeira onda:

E não sou mulher? Olhem pra mim! Olhem pro meu braço! Tenho arado e plantado, e juntado em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem – quando consigo o que comer – e aguentar o chicote também! E não sou uma mulher? Dei à luz treze filhos, e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus me ouviu! E não sou mulher? Se a primeira mulher feita por Deus teve força bastante para virar o mundo de ponta-cabeça sozinha, estas mulheres juntas serão capazes de colocá-lo na posição certa novamente! E agora que elas estão querendo fazê-lo, é melhor que os homens permitam (SANTOS; AZEVEDO, 2020, p. 24).

Narvaz e Koller (2006) relatam que a primeira onda pode ser considerada um feminismo liberal. Isso porque buscava conceder à mulher liberdades civis, tais como os direitos ao voto e à educação. Assim caracterizou-se essa primeira percepção e luta feminina pelo espaço público.

A segunda onda feminista, ocorrida entre 1960 e 1980, teve o seguinte contexto: direitos foram conquistados na maior parte dos países, mas as mulheres eram iguais aos homens apenas perante a lei, pois, na prática, essas igualdades não eram validadas. Diante disso, esse movimento preocupou-se em compreender por que ainda existia submissão das mulheres, o que levou ao questionamento do gênero e da feminilidade.

Simone de Beauvoir, uma das três importantes pensadoras desse período ao lado de Carol Hanisch e Betty Friedan, questiona o determinismo biológico e retoma a perspectiva hegeliana: “ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos mostramos” (CHAPERON, 2000, p. 3). Dessa constatação, surgiu sua célebre ideia de que não se nasce mulher, mas se torna uma, e lançou-se a primeira semente para os estudos de gênero, já que Beauvoir distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico.

A autora afirma que o gênero feminino é uma construção da sociedade, que imputa uma “feminilização” às mulheres e designa os papéis que elas devem articular dentro do contexto social produzido. Em sua biografia, Beauvoir (2009) resume brevemente sua teoria acerca da construção do gênero:

Eu disse como esse livro [*O segundo sexo*] foi concebido; quase fortuitamente, querendo falar de mim, percebi que precisava descrever a condição das mulheres [...]. Tentei pôr em ordem no quadro, à primeira vista incoerente, que se ofereceu a mim: em todo caso, o homem se colocava como o Sujeito e considerava a mulher como um objeto, o Outro. [...] Um dos mal-entendidos que meu livro suscitou foi que se pensou que nele eu negava qualquer diferença entre homens e mulheres: ao contrário, ao escrevê-lo medi o que os separa; o que sustentei foi que essas dessemelhanças são de ordem cultural e não natural. Contei sistematicamente como elas se criam, da infância à velhice, examinei as possibilidades que este mundo oferece às mulheres, as que lhes são recusadas, seus limites, suas oportunidades e faltas de oportunidade, suas evasões, suas realizações (BEAUVOIR, 2009, p. 210-211).

A segunda onda, chamada, também, de feminismo cultural ou feminismo da diferença, conforme Silva (2018), ocorreu em especial nos Estados Unidos e na França, entre as décadas de 1960 e 1970. Nessa onda, que também entendia o direito como hegemonicamente masculino, o foco estava na promoção da luta das mulheres por conquistas sociais, legais (direitos trabalhistas) e culturais, tendo como um dos grandes diferenciais a perspectiva de libertação dos corpos das mulheres e a separação de sexualidade e reprodução.

Nessa onda, tem-se a busca por uma igualdade entre homens e mulheres e pela valorização de suas diferenças, tal como observam Narvaz e Koller (2006): o movimento enfatizava a busca de igualdade (para as feministas americanas), bem como a necessidade de

valorização das diferenças (para as feministas francesas), trazendo a noção de equidade e paridade no debate “igualdade-diferença”.

Segundo Scott (1995), percebeu-se que a injustiça social não estaria restrita à questão de classe, pois abrangia gênero e raça no processo de opressão de determinados grupos. As práticas sociais tinham impedido algumas pessoas de serem incluídas numa categoria universal, logo, era preciso remover os obstáculos para garantir seus direitos individuais.

A terceira onda, ou feminismo pós-moderno, tem início na década de 1990, quando se iniciam diversos estudos sobre as mulheres e as relações de gênero e quando a academia e o movimento político de luta perpassam entre si.

Desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas - cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo das e pelas mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista, dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

De acordo com Queiroz (1997), a terceira onda começa com uma amplitude de reivindicações até então relegadas a segundo plano, como o feminismo negro, o feminismo de terceiro mundo e o interseccional. Essas facetas dizem respeito às diversas camadas de opressão que se sobrepõem às mulheres, como classe social, raça, etnia, nacionalidade e orientação sexual. Essa amplitude reforça a importância dos estudos feministas nas últimas décadas, tal como observa Queiroz (1997, p. 104):

coube à crítica feminista trazer a questão do gênero à cena do debate desconstrutivista com força de permanência, de maneira a redimensionar os enfoques sobre a categoria fundadora na filosofia humanista ocidental relativa ao estatuto do sujeito e da subjetividade.

Narvaz e Koller (2006) defendem que a terceira onda se dedica ao reconhecimento das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade e, portanto, mudam o foco central do feminismo, até então limitado às mulheres, para as chamadas relações de gênero.

No início do século XXI, com a popularização da internet e o surgimento das redes sociais, discussões em torno de assédio sexual, estupro e outros tipos de violência contra a mulher são compartilhados de forma rápida, ganhando grandes proporções e gerando impactos importantes. Autoras como Holanda (2018) abordam esse movimento vivido pelas mulheres

como a quarta onda do movimento feminista, enfatizando que a principal diferença entre esta e as fases anteriores é o uso da *internet*, principalmente das redes sociais, que possibilitam novas opções de mobilização para o movimento feminista.

O espaço digital colabora para o movimento feminista, que passou a atingir outros públicos, mobilizando novas mulheres que trazem junto com elas novas pautas. É como descreve Castells (2013, p. 238): “o feminismo constrói não uma, mas muitas identidades, e cada uma delas, em suas existências autônomas, apodera-se de micropoderes na teia universal tecida pelas experiências adquiridas no decorrer da vida”.

Questões importantes entram em pauta no feminismo contemporâneo: o respeito às diversidades, o combate à cultura do estupro, as representações machistas, a violência contra as mulheres nos diversos papéis que assumem dentro da sociedade e a cobrança excessiva com a forma física e os padrões de beleza.

É importante ressaltar que as ondas do movimento feminista não ocorreram em momentos iguais e de forma linear em todos os países. No Brasil, elas demoraram um pouco mais para acontecer em relação ao contexto mundial, devido ao cenário cultural e econômico da época. Goldenberg e Toscano (1992) também destacam que o movimento feminista nacional apresenta traços peculiares, que podem ser explicados pela formação histórica. Os colonizadores trouxeram consigo o modelo patriarcal de família e a Igreja Católica como força política e instrumento de controle social, tendo, como resultado, o patriarcalismo e o conservadorismo da sociedade brasileira.

O período de menor destaque do feminismo no Brasil compreende as décadas de 1937 a 1970, pois o golpe de 1937 diminuiu a ação do movimento feminista. Nessa época, a Europa e os Estados Unidos estavam em intensa manifestação política e renovação cultural, inclusive, é quando emerge o livro *O segundo sexo* (1949), de Beauvoir, que foi um marco para o movimento feminista.

As primeiras manifestações feministas retornaram nos anos 1970, com a emergência do “novo feminismo”. E a partir de 1980, os movimentos feministas brasileiros ganharam ainda mais visibilidade e influenciaram diretamente o aumento da participação feminina dentro do mercado de trabalho.

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos

movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Este encontro foi muito importante para os dois lados: o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados (PINTO, 2010, p. 17).

Ao conquistarem espaço no mercado de trabalho, houve também uma mudança nos papéis assumidos pelas mulheres, que eram restritos ao ambiente familiar. E com a promulgação da Constituição Federal de 1988, deu-se fim à figura de “chefia da sociedade conjugal” e, com ela, as preferências e privilégios que sustentavam juridicamente a dominação masculina. O artigo da Constituição expressa que: “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 2021).

Isso refletiu diretamente na divisão sexual do trabalho, base material que antecede e sustenta o patriarcado como sistema de dominação/exploração. Segundo Kergoat (2009, p. 67), “essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem vale mais do que um de mulher)”. Isso significa uma divisão entre trabalho produtivo, destinado predominantemente aos homens, e trabalho reprodutivo, destinado especialmente às mulheres, de forma que o espaço público é ocupado pelos homens e o privado pelas mulheres.

Assim, a divisão sexual do trabalho e o patriarcado estão intrinsecamente conectados com a exploração/opressão das mulheres, e os movimentos feministas ampliam essa discussão, sendo fundamentais para a reflexão do papel da mulher e contribuindo significativamente para o empreendedorismo feminino atual.

### 3 AS MULHERES NO MUNDO DO EMPREENDEDORISMO

#### 3.1 Empreendedorismo feminino

Diversas atitudes empreendedoras têm marcado o desenvolvimento da sociedade, especialmente a partir do século XX. Com a Revolução Industrial, muitas invenções surgiram, alterando hábitos, modificando a rotina das pessoas, levando muitos a arriscar e querer fazer algo diferente e, assim, empreender (VERGA; SILVA, 2014).

Dornelas (2014) expressa que a primeira definição de empreendedorismo foi de Marco Polo (1254-1324), que desenvolveu o empreendedorismo de maneira inconsciente quando tentou estabelecer rotas comerciais para o Oriente. Ele assinou contrato com uma pessoa de recursos para vender suas mercadorias, vindo a assumir riscos físicos, emocionais e capitais. Jean-Baptist Say (1803-1983) foi um dos pioneiros a definir o empreendedor no papel de coordenação de produção, combinando os fatores de produção (terra, capital e mão de obra) e introduzindo novos produtos. Mas foi Joseph Schumpeter (1911-1982) quem consolidou o termo empreendedorismo, relacionando-o ao conceito de inovação.

O termo empreendedor é bastante antigo, mas foi somente no final do século XVII e início do XVIII que ele foi usado como referência à pessoa que criava e conduzia empreendimentos (VERGA; SILVA, 2014). De acordo com Dolabela (1999), o termo empreendedor vem da livre tradução da palavra francesa *entrepreneur*, que significa aquele que assume riscos e começa algo novo. O autor expressa que empreendedor é alguém que define por si mesmo o que vai fazer e em que contexto será feito, sendo um sujeito que busca dedicar-se intensamente ao seu ofício para o sucesso de seu empreendimento.

No decorrer da história, as definições de empreendedorismo e empreendedor têm sido voltadas à abordagem econômica ou comportamental. Os economistas costumam associar o empreendedorismo ao desenvolvimento econômico e o empreendedor ao agente propulsor da inovação (SCHUMPETER, 1982). Os comportamentalistas, por sua vez, direcionam seus estudos para aspectos subjetivos do sujeito empreendedor, buscando compreender seu comportamento e identificar suas características atitudinais (LUMPKIN; DESS, 2001).

O processo histórico evidencia diversos conceitos referentes ao significado do empreendedorismo e do que é ser um empreendedor. Eles revelam pontos de vista vinculados a processos culturais e práticas sociais de cada contexto histórico, como mostra o Quadro 1.

**Quadro 1** – Definições de empreendedorismo

AUTORES	DEFINIÇÕES
Schumpeter (1982)	Empreendedorismo é tudo que traz inovação e que está ligado à prosperidade do negócio. O empreendedor pode ser uma pessoa que inicia sua própria empresa ou que se compromete a inovar em empresas já existentes.
Morris, Lewis e Sexton (1994)	Empreendedorismo é uma atividade em processo que envolve uma série de <i>inputs</i> (oportunidade, indivíduos proativos, recursos etc.) e que pode produzir diferentes <i>outputs</i> (novo negócio, valor, novo produto, benefício pessoal, crescimento, lucro etc.).
Morris (1998)	O empreendedorismo é um processo de criação em sete perspectivas: criação de riqueza, criação de empresa, criação de inovação, criação de mudança, criação de empregos, criação de valor e criação de crescimento.
Fillion (1999)	Empreendedorismo estuda os empreendedores, examinando suas atividades, características e métodos usados para facilitar a expressão da atividade empreendedora.
Lumpkin e Dess (2001)	Empreendedorismo tem relação com novos negócios do empreendedor.
Dornelas (2014)	Empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades.

**Fonte:** Schumpeter (1982); Morris, Lewis e Sexton (1994); Fillion (1999); Lumpkin e Dess (2001); Morris (1998); Dornelas (2014).

Na Idade Média, o termo empreendedor era atribuído ao gerenciador dos projetos de produção. No século XVII, o escritor e economista Richard Cantillon diferenciou o empreendedor (que assumia riscos) do capitalista (que possuía o dinheiro), mas essa diferenciação consolidou-se somente no século seguinte, devido à industrialização. Por fim, nos séculos XIX e XX, os empreendedores foram frequentemente confundidos com gerentes e administradores, de maneira que autores como Henry Fayol tiveram que reformular e complementar o conceito, distinguindo o empreendedor por suas características e atitudes diferenciadas dos administradores.

O destaque na produção científica da área também fica para David MacClelland, que, na década de 1960, definiu empreendedor como um gerente das grandes organizações, diferentemente da definição atual (DORNELAS, 2014). Fillion (1999), por sua vez, traz a definição do empreendedor como sendo uma pessoa criativa e apta para estabelecer, atingir objetivos, detectar oportunidades de negócios e assumir decisões moderadamente arriscadas, sendo, portanto, uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões.

Dornelas (2014) destaca características de empreendedores que vão além dos atributos do administrador, por exemplo: são pessoas independentes, organizadas, determinadas, dedicadas, dinâmicas, visionárias, otimistas, apaixonadas pelo que fazem, bem relacionadas,

líderes e formadoras de equipes, e também são indivíduos que sabem planejar, tomar decisões, explorar ao máximo as oportunidades, assumir riscos calculados e criar valor para a sociedade.

Na década de 1990, houve aceleração no crescimento do empreendedorismo mundial. Dornelas (2014) relata que, no Brasil, isso ocorreu significativamente nos anos 2000 devido a ações específicas, como: a) programas de incubação de empresas e parques tecnológicos; b) desenvolvimento de currículos integrados que estimulam o empreendedorismo em todos os níveis de educação; c) programas e incentivos governamentais para promover a inovação e a transferência de tecnologia; d) subsídios governamentais para criação e desenvolvimento de novas empresas; e) criação de agências de suporte ao empreendedorismo e geração de negócios; f) programas de desburocratização e acesso ao crédito para pequenas empresas; g) desenvolvimento de instrumentos para fortalecer o reconhecimento da propriedade intelectual.

Baron e Shane (2007) lembram que o empreendedorismo ganha força sobretudo com o apoio dos governantes, quando eles reconhecem sua importância para o desenvolvimento econômico das regiões onde os empreendedores operam gerando empregos e receitas.

O gênero no empreendedorismo surgiu no final dos anos 1970 (SCHWARTZ, 1976) alavancado pelos movimentos feministas, que coincidiram com o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil. Gomes (2006) analisa que, mesmo as mulheres ainda encontrando dificuldades para chegar aos níveis superiores de gestão corporativa das organizações, elas encontraram uma maneira de contornar as dificuldades e abrir suas próprias empresas. Paladino (2010) destaca, por exemplo, a evolução do empreendimento feminino de pequeno porte, com mulheres autônomas e líderes de famílias.

Conforme Ferreira et al. (2012) identificaram, o principal ponto a ser analisado é que o empreendedorismo é visto pelas mulheres como uma oportunidade de buscar a realização fora do trabalho formal dentro de empresas. Trata-se de uma forma de conciliar melhor a vida pessoal e profissional com uma maior qualidade de vida, aproveitando suas habilidades e, por consequência, gerando renda.

Heerdt (2019) relata vários motivos que justificam a busca crescente das mulheres pela atividade empreendedora: independência financeira, flexibilidade, motivação, satisfação pessoal e paixão pela área em que se pretende atuar. Isso justifica por que o empreendedorismo é uma ferramenta de liberdade e avanço das mulheres na contemporaneidade.

Contudo, é necessário salientar que, junto a isso, emerge um conflito: o dilema entre trabalho e família. Isso porque a atividade de empreender impacta as atividades culturalmente desempenhadas pelas mulheres, como o cuidado da casa e dos filhos. Dentro desse cenário,

Porto (2002) salienta a culpa sentida pelas mulheres empreendedoras por deixarem os filhos aos cuidados de outros na busca pela realização profissional.

### **3.2 Gênero no espaço organizacional**

A breve contextualização realizada no decorrer do presente estudo evidenciou que, durante grande parte da história, a mulher foi relegada dos espaços públicos, principalmente onde se gerava riqueza e poder para a sociedade. No modelo patriarcal, o papel masculino representa o líder, o provedor, o chefe da família, enquanto o feminino caracteriza o papel o subalterno, o cuidador dos afazeres domésticos, a célula de reprodução biológica.

Ao longo da odisséia humana, portanto, pode-se afirmar que os papéis sociais entre homens e mulheres foram sempre bem distintos. Enquanto a mulher jamais havia existido no espaço público, o homem carregava naturalmente uma identidade que se formava a partir de sua atuação no mundo externo do trabalho.

A divisão sexual do trabalho estaria então profundamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens, no sentido de que o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como que “provisórias” no mundo do trabalho, reforçando a valorização diferenciada entre homens e mulheres, e hierarquizando os gêneros (TEDESCHI, 2012, p. 30).

De acordo com Freyre (2003), antes da Revolução Industrial e da Sociedade Moderna e Pós-Moderna, séculos XVIII e XIX, os valores morais e sociais vivenciados na época eram puramente patriarcais. As famílias seguiam o modelo patriarcal, sendo ambientadas na casa grande e na senzala, correspondendo a um sistema social, econômico e político sustentado por escravidão, latifúndio e patriarcado rural, força que perdeu controle após a urbanização do país.

Nesse período, o casamento era o destino das mulheres, logo, não se casar significava estar fora dos padrões da sociedade. O peso era ainda maior para a mulher que se tornava mãe solteira, pois isso era considerado pecado e, portanto, motivo de vergonha para a família. O casamento foi construído culturalmente como se fosse um sonho para toda mulher e representava um mecanismo eficaz no controle da subordinação feminina, uma vez que reforçava princípios patriarcais de uma sociedade governada por homens e para homens.

O status de inferioridade da mulher apregoado pela cultura patriarcal é sustentado e aprofundado pela educação familiar, pela escola, pelos meios de comunicação de massa, pelas religiões e pela legislação. Como afirma Beauvoir (2009), é o conjunto da civilização que

elabora o “produto” chamado mulher diante de um contexto de fêmea humana perante a sociedade. Isso dificulta o processo de as mulheres assumirem postos de decisão em todos os níveis da sociedade, inclusive no mundo do trabalho.

Oliveira (2012) complementa que, no Brasil, como se não bastasse estar destinada ao casamento e excluída do convívio público, a mulher permaneceu, por muito tempo, sem acesso à educação, isto é, sem saber ler e escrever, afinal, julgava-se que a instrução era desnecessária para a realização das tarefas domésticas. Quando ela foi disponibilizada à mulher, eram apenas instruções básicas para a vida doméstica e religiosa: aprendia a ler, a escrever e recebia noções básicas de matemática para conseguir manter o controle familiar dos gastos.

As escolas femininas, assim, serviam para a produção de determinadas habilidades manuais com o intuito de facilitar a entrada das alunas das classes populares no mercado de trabalho, facultando-lhes uma profissão coerente com o que se concebia como “atividades relacionadas à natureza da mulher”, sempre atinente ao serviço doméstico: fosse na qualidade de esposa e mãe, preocupada em tecer para a família; na de criada, ocupada em bem servir seus patrões; ou ainda, na de trabalhadora das indústrias têxteis, revivendo, na fábrica os costumes adquiridos no interior dos lares. Essas disciplinas revelam, na menina, a expectativa de sua atuação social futura como mulher (VIDAL, 1996, p. 32).

É perceptível que a educação da mulher não a preparava profissionalmente para desempenhar funções para além dos afazeres do lar, pois se acreditava que ela precisava ser educada, e não instruída. Isso dificultava a sua entrada no mercado de trabalho e, quando o acontecia, eram atribuídas a mulher funções mais desprestigiadas. Enquanto isso, de maneira diversa, a educação conferida ao homem tinha como objetivo prepará-lo para o mercado de trabalho e a vida de negócios

O trabalho feminino também era duramente rejeitado pela sociedade do século XIX, sob a alegação de que ele violaria sua natureza e depreciaria sua moral, sua saúde, seu casamento e os atributos de boa mãe e dona de casa exemplar. Em outras palavras, sob a mulher, estavam construídos diversos alicerces da sociedade, logo, reconhecê-la “como indivíduo autônomo equivaleria a desnaturá-la, a precipitar a ruína da ordem familiar, a gerar confusão entre sexos” (LIPOVETSKY, 2000, p. 210).

Com a Revolução Industrial, houve a aceitação e inserção de mulheres no mercado de trabalho, e o sustento do lar passou a ser dividido entre homens e mulheres, sendo que a renda anteriormente atribuída apenas ao homem passou a ser recebida também pelas mulheres. E as duas Guerras Mundiais, de acordo com Amorim e Batista (2012), também contribuíram para a

aceitação do ingresso das mulheres no mercado, devido à necessidade de mão de obra. Contudo, sua jornada e remuneração eram desiguais em relação à dos homens.

Um forte impulsionador da entrada da mulher no mercado de trabalho deu-se no século XX com as 1ª e 2ª Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente). A ausência dos homens enviados para combate e posteriormente a quantidade de homens mortos durante o conflito tornou imprescindível a contratação de mulheres para funções que antes eram exclusivamente masculinas. As mulheres ganharam mais espaço no mercado de trabalho (AMORIM; BATISTA, 2012, p. 3).

Assim, logo no início do século XX, as mulheres que estavam restritas às tarefas do ambiente doméstico passaram também à função laboral externa e, conseqüentemente, a enfrentar situações discriminatórias.

As manufaturas têxteis empregavam de bom grado uma grande quantidade de mulheres e crianças, com salários muito mais baixos do que os recebidos pelos operários adultos; ao mesmo tempo, os políticos, educadores, jornalistas e dirigentes sindicais reformistas (homens), protestavam contra essa prática e reclamavam o fim do emprego industrial de mulheres, já que estas não só abandonavam seus filhos e lares, mas constituíam uma força de trabalho não qualificada, indiferente à organização social e moralmente comprometida (WEINSTEIN, 1995, p. 146).

Essa situação discriminatória e abusiva deu início às primeiras lutas feministas em favor dos direitos à igualdade da mulher no âmbito constitucional e profissional. Ou seja, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e o seu acesso a mais informações trouxeram-lhes consciência de sua condição. Isso deu mais força à mobilização dos movimentos feministas em busca da igualdade de direitos constitucionais e de trabalho. Assim, a história da trajetória de ingresso das mulheres no mercado de trabalho foi uma conquista lenta e contínua no âmbito das relações de poder que regem a sociedade.

### **3.3 Colonização paranaense**

O processo de colonização e povoamento da região do Paraná foi bem heterogêneo e ocorreu a partir de três ondas de ocupação. Segundo Wachowicz (2001), a primeira é a dos portugueses no litoral e dos espanhóis no Oeste paranaense. A segunda onda corresponde ao processo de ocupação e povoamento do primeiro e segundo planaltos. E a terceira se caracteriza

pelo desenvolvimento da cultura do café no Norte e pela ocupação da região Sudoeste pelos colonos da agricultura de subsistência originários, principalmente do Rio Grande do Sul.

Ao considerar a relação entre o imigrante e a propriedade, Machado e Balhana (1968) relatam que o sistema de colonização desenvolvido no Paraná teve por objetivo estabelecer um sistema baseado na sociedade camponesa da Europa, em que pequenas propriedades agrupadas ao redor de uma aldeia realizavam o abastecimento das cidades. Wachowicz (2001) relata que a paisagem urbana dominante nos primeiros núcleos urbanos era formada de casas simples, ruas que interligavam as casas a uma praça e a igreja. E fora da região do litoral e dos Campos Gerais, predominava uma região considerada selvagem, habitada principalmente por indígenas.

No início do século XVIII, a economia do Paraná era centrada na agricultura dominada pela grande propriedade, configurando uma sociedade escravagista. Pouco a pouco, o comércio de mulas e o arrendamento das terras para invernada dos rebanhos vindos do extremo sul do País foram substituídos pelas culturas. E a partir da metade do século XIX, a imigração europeia começa a se fazer presente em outras regiões do Paraná, principalmente no Sul, no Sudoeste e no planalto curitibano, onde ela passou a desenvolver atividades urbanas e rurais.

De acordo com Cardoso e Westphalen (1986), em 1853, o Paraná foi separado da Província de São Paulo e tornou-se Província do Império brasileiro, sendo Curitiba a sua capital. Nesse período, havia poucos núcleos urbanos, como Curitiba, Paranaguá, Lapa e Antonina. As cidades de Guarapuava, Ponta Grossa e Castro, nas regiões dos Campos Gerais, por exemplo, só se ergueram posteriormente.

Wachowicz (2001) relata que as ocupações cafeeiras avançaram pelo Norte e Noroeste paranaense, fazendo surgir importantes cidades, tais como Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Com a expansão cafeeira ultrapassando os limites do Oeste paulista e do Rio Paranapanema, surgem, no Norte do Paraná, no fim do século XIX, as cidades de Cambará, Cornélio Procópio e Jacarezinho, com características populacionais e culturais bem diferentes daquelas promovidas pelos imigrantes europeus.

A ocupação europeia também expandiu-se das regiões Sul e Sudoeste para o Oeste paranaense, fazendo surgir cidades como Toledo, Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Palotina, entre outras. Assim, as frentes de imigração tornaram o Paraná um estado cujas populações apresentavam características culturais muito diferentes de outros. No Sul, Sudoeste e Oeste, predominavam populações de origem europeia, enquanto predominavam paulistas e mineiros no Norte e Noroeste do estado.

A partir do século XX, especialmente depois da década de 1920, o povoamento começa a se intensificar, transformando as regiões Norte e Sudoeste em verdadeiras zonas pioneiras.

Elas se caracterizam por um fluxo regular de imigração, pela aceleração do desmatamento, por uma taxa mais forte de ocupação do solo destinado à agricultura, pela abertura de estradas e pela criação de vilarejos e cidades ligadas entre si. Também na década de 1920, ocorreu um novo e amplo movimento de povoamento do Paraná vindo do Sul, a saber, gaúchos, descendentes de imigrantes europeus, que vieram à procura de novas terras de suas propriedades em heranças sucessivas.

Com relação à realidade das mulheres no processo de imigração, elas chegaram ao Paraná, em geral, depois de seus maridos. Trata-se de uma tendência presente em diversas zonas de colonização, onde homens migram primeiramente sós para darem início aos trabalhos de desmatamento e construção das habitações e, em seguida, buscam as mães, filhas, irmãs e esposas que deixaram em terras de origem (BONI, 2009).

As mulheres do Brasil colonial, não obstante, foram ofuscadas. A presença masculina sempre foi tão forte e marcante que encobria a participação feminina, suas contribuições e seus papéis na esfera pública e privada: “As mulheres anônimas, quase sem história, parecem pertencer a uma categoria indistinta, destinadas ao silêncio, coadjuvantes e sombras tênues das ações masculinas, portanto relegadas ao esquecimento” (CASTRO, 1994, p. 145). Além disso, elas eram quase invisíveis porque a maioria “era analfabeta, subordinada juridicamente aos homens e politicamente inexistente” (DEL PRIORE, 1993, p. 9). Sem condições de contarem as suas histórias, a participação das mulheres em grandes feitos da sociedade foi invisibilizada por uma história oficial escrita por homens e na qual se narrou feitos de homens.

### **3.4 O empreendedorismo feminino no Brasil**

Em países em desenvolvimento, empreender é algo desafiador, pois sua política, economia e ambiente empresarial são relativamente instáveis (PANDA; DASH, 2014). E, nesse cenário, a trajetória para uma mulher empreender se torna ainda mais difícil, pois, além desses desafios, ela precisa encarar outros diariamente, como cita Panda (2018): conciliar trabalho e família, conviver com a discriminação de gênero, adaptar-se a recursos financeiros mais limitados, enfrentar uma economia ou um ambiente empresarial desfavorável, transpor a falta de infraestrutura (acesso à tecnologia, análise de mercado, rede de contatos e oportunidades de negociação) e, ainda, lidar com a própria falta de educação empreendedora e com suas limitações mentais ou de personalidade (baixa autoestima e dúvida sobre seu valor e potencial).

De modo a analisar e acompanhar as disparidades de gênero no mundo todo, o Fórum Econômico Mundial lançou o Relatório Global de Desigualdade de Gênero em 2006. O

relatório, que já se encontra na sua 17ª edição em 2023, busca comparar diferentes países, no que tange às condições de igualdade de gênero, a partir de quatro principais aspectos: participação na economia e oportunidades; educação; saúde e sobrevivência; e representatividade política.

Na edição atual, o Brasil se encontra no 57º lugar do ranking global dentre os 146 países analisados. O relatório aponta que o Caribe e os países pertencentes à América do Sul estão entre os primeiros no subíndice de saúde e sobrevivência e em segundo lugar no aspecto de representatividade política (seguidos da Europa). Aqui, cabe destacar que o Brasil se encontra em primeiro lugar no ranking de saúde e sobrevivência, diante dos altos índices de natalidade e expectativa de vida. Outro ponto relevante destacado no relatório é que, no aspecto de educação, o Brasil caiu de 1º para 73º lugar no ranking geral, devido a uma queda em inscrição na educação primária, mas manteve *score* elevado nas matrículas do ensino médio e superior, indicando acessibilidade à educação (FORUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2023).

Apesar de o Brasil ter melhorado sua posição no Relatório Global de Desigualdade de Gênero do Fórum Econômico Mundial, a realidade que as mulheres experienciam é muito complexa. O trabalho formal das mulheres possui menor remuneração quando comparado aos empregos dos homens e o trabalho informal é parte da realidade de muitas famílias cujos filhos precisam trabalhar para complementar a renda familiar, mesmo após adultos. Beltrão (2009, p. 6) comenta que “o trabalho informal é um elemento estrutural da economia no Brasil e nos países em desenvolvimento”. Para a autora,

o trabalho informal pode tanto indicar uma estratégia de sobrevivência frente à perda de uma ocupação formal, quanto uma opção de vida para alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver seu próprio negócio para ganharem mais, serem seus próprios patrões e terem maior autonomia (BELTRÃO, 2009, p. 4).

Assim, para homens ou mulheres que não se sentem satisfeitos com o emprego atual ou que estejam desempregados, o empreendedorismo empresarial pode ser uma alternativa para se recolocarem no mercado de trabalho. A pesquisa GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), que busca levantar as taxas de empreendedorismo no mundo, observou que, em 2022, no Brasil, “os homens apresentaram um envolvimento mais intenso com atividades empreendedoras” e que “a diferença de taxas, entre homens e mulheres, se acentua conforme o negócio amadurece” (GEM, 2022, p. 8). De acordo com a pesquisa:

Isto se explica porque, ao longo da história, a inserção das mulheres no empreendedorismo ocorreu de forma mais tardia e porque, tradicionalmente, as mulheres enfrentam mais dificuldades para permanecer na atividade empreendedora. Historicamente também, em geral, entre o momento da ideia, a criação e a consolidação do negócio, há uma perda maior de mulheres nesse processo (GEM, 2022, p. 8).

A pesquisa GEM de 2022 mostra que, no Brasil, a taxa de empreendedoras mulheres em novos empreendimentos é de 43,2% e a taxa para empreendimentos estabelecidos é de 33,7%. E as motivações de abertura ou continuidade do próprio negócio foram “para ganhar a vida porque os empregos são escassos” e “para fazer diferença no mundo” (GEM, 2022).

O empreendedorismo pode, ainda, ser motivado pela oportunidade ou pela necessidade. Com base nos dados do GEM de 2021, 55,1% das mulheres empreendedoras tinham como principal motivação para empreender a necessidade e 42,8% a oportunidade; enquanto que, no gênero masculino, no mesmo período, 43,6% empreendiam por necessidade e 53,7%, por oportunidade (GEM, 2021).

Segundo o Instituto Rede Mulheres Empreendedoras, os principais motivos para empreender são: realização de um sonho, interesse por novos desafios, desejo de crescimento e oportunidades no mercado, busca por independência, falta de trabalho ou desemprego, necessidade de conciliar a rotina de trabalho com a familiar, entre outros (IRME, 2022).

Em complemento, estudos têm demonstrado outros motivos que levam as mulheres a abrirem seus negócios: a dificuldade em ascender na carreira profissional em outras empresas (fenômeno conhecido como “teto de vidro”); a necessidade de sobrevivência (MACHADO et al., 2003); ou mesmo o fato de muitas pertencerem a famílias de empreendedores, predispondo-as ao empreendedorismo (BUTTNER; MOORE, 1997; STROBINO; TEIXEIRA, 2014).

Em pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) sobre o empreendedorismo feminino, o Brasil alcançou a média de 34,4% em número de mulheres donas de negócios, sendo a maioria deles situada na região Sudeste e com maior atuação no setor de prestação de serviços. O estudo também apontou que as mulheres empreendedoras possuem maior nível de escolaridade que os homens, sobretudo no ensino superior: 28% de mulheres 17% de homens nesse nível de escolaridade (SEBRAE, 2023a).

No Paraná, estima-se que haja aproximadamente 560 mil mulheres empreendedoras, representando 32,65% do total de empreendedores ativos, dos quais 77,11% não possuem sócios, 52,86% se encontram na informalidade (não possuem CNPJ) e 82,53% atuam sozinhas (não possuem funcionários). Ressalta-se que a escolaridade dessas empreendedoras contempla,

em maior parte, o ensino médio e superior e a faixa etária principal varia de 25 a 54 anos, ou seja, corresponde a um público jovem (SEBRAE, 2023b).

Para uma compreensão mais profunda sobre as motivações das mulheres para empreender, o presente estudo se propõe a analisar empreendedoras situadas nas dez mesorregiões do estado do Paraná.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Abordagem metodológica

Mascarenhas (2012) expressa que o método consiste em um conjunto de procedimentos utilizados em um projeto para se alcançar um objetivo, sendo, portanto, o trajeto percorrido para atingir um resultado. Da mesma forma, Cervo, Bervian e Silva (2007) relacionam método à ordenação que determina os processos fundamentais para se chegar ao resultado esperado.

O método não é um modelo, fórmula ou receita que, uma vez aplicada, colhe, sem margem de erro, os resultados previstos ou desejados. É apenas um conjunto ordenado de procedimentos que se mostram eficientes, ao longo da história, na busca do saber. O método científico é, pois, um instrumento de trabalho. O resultado depende de seu usuário (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 28).

Na busca de uma maior compreensão sobre as questões que permeiam os fatores socioculturais que mais têm afetado as mulheres na gestão de empresas de micro e pequeno porte, utilizou-se uma abordagem qualitativa. A forma puramente quantitativa seria limitada no entendimento do problema do estudo, pois não conseguiria captar as experiências subjetivas das mulheres empreendedoras. A pesquisa qualitativa, por sua vez, apresenta a relação dinâmica entre mundo objetivo e subjetivo do sujeito, que não pode ser traduzida em números, uma vez que está voltada para as descobertas, as descrições aprofundadas, as explicações, os significados e as intencionalidade dos atos, contemplando, assim, o propósito deste trabalho.

Em relação à abordagem, esta pesquisa é descritiva, por apresentar um relato detalhado de um fenômeno social, isto é, buscou-se aqui descrever as percepções das empreendedoras em relação ao poder e ao gênero na gestão dos seus negócios. Gonçalves e Meirelles (2004) relatam que os estudos descritivos têm por finalidade caracterizar uma situação, um grupo ou um indivíduo, identificando a frequência de um determinado fenômeno, como ele ocorre e sua relação com outros. Segundo Matias-Pereira (2012), os dados obtidos são analisados de forma indutiva, de modo que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, aplicou-se a estratégia de estudo de caso, a fim de ampliar e detalhar a complexidade das situações cotidianas destas empreendedoras. Conforme Gil (2011), o estudo de caso vem sendo cada vez mais utilizado, por possibilitar explorar situações da vida real, descrever a condição do contexto em que está sendo feita a investigação

e explicar as variáveis de um fenômeno complexo. Gil (2009) ainda salienta que são muitas as vantagens proporcionadas pelo estudo de caso, pois, além de permitir a compreensão detalhada e profunda do fenômeno social, também é capaz de aproximar o pesquisador da realidade investigada. Logo, o estudo de caso permite examinar o fenômeno como um todo, oportunizando uma investigação em áreas inacessíveis por outros métodos e ofertando diferentes enfoques teóricos e metodológicos para aprimorar o conhecimento existente.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, optou-se por aplicar questionários semiestruturados. Isso permitiu levantar informações para compreender de forma ampla um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real, a saber: como é a realidade e a gestão das empreendedoras integrantes do corpus da pesquisa.

#### **4.2 Unidades de análise**

O conceito de unidade de análise, segundo Collis e Hussey (2005), consiste no tipo de caso ao qual as variáveis ou fenômenos em estudo se referem, bem como no tipo de problema e de dados coletados e analisados. Para este trabalho, as unidades de análise foram compostas por mulheres empresárias de micro e pequenas empresas do estado do Paraná.

Conforme a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, lei n.º 123/06, entende-se, como micro e pequena empresa (ou empresa de pequeno porte), a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário individual devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e cujo porte é definido pelos seguintes faturamentos brutos no ano-calendário: até R\$ 81.000,00 para o Microempreendedor Individual (MEI); até R\$ 360.000,00 para Microempresa; e até R\$ 4.800.000,00 para Empresa de Pequeno Porte (BRASIL, 2006).

Em um primeiro momento, e para maior representatividade, a pesquisa contemplou as dez mesorregiões do Paraná. Para tanto, foram procuradas as Associações Comerciais localizadas em cada um dos dez municípios, a fim de levantar dados e estatísticas empresariais. Nessa primeira etapa de delimitação da amostra, as Associações Comerciais dos maiores municípios de cada mesorregião indicaram empresas para participar da pesquisa (Quadro 2).

**Quadro 2** – Mesorregiões do Paraná

MESORREGIÃO	QUANTIDADE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIO PESQUISADO
Noroeste Paranaense	61	Umuarama
Centro-Occidental Paranaense	25	Campo Mourão
Norte Central Paranaense	79	Londrina
Norte Pioneiro Paranaense	46	Cornélio Procópio
Centro-Oriental Paranaense	14	Ponta Grossa
Oeste Paranaense	50	Cascavel
Sudoeste Paranaense	37	Pato Branco
Centro-Sul Paranaense	29	Guarapuava
Sudeste Paranaense	21	Irati
Metropolitana de Curitiba	37	Curitiba

Fonte: Adaptado de Ipardes (2019).

Entretanto, ao ter mais contato com as Associações Comerciais e os grupos de empresárias, incluíram-se mais alguns municípios, com diferentes dimensões territoriais e densidades empresariais, de modo a ter uma visão mais realista. Dessa forma, esta pesquisa contemplou 22 municípios no total, conforme mostra o Quadro 3.

**Quadro 3** – Municípios pesquisados por mesorregião do Paraná

MESORREGIÃO	MUNICÍPIO PESQUISADO	POPULAÇÃO	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ATIVAS
Noroeste Paranaense	Cianorte	79.527	10.017
	Paranavaí	91.950	11.706
	Tapejara	15.869	1.687
	Umuarama	117.095	15.419
Centro-Occidental Paranaense	Campo Mourão	99.432	14.507
	Janiópolis	5.870	567
Norte Central Paranaense	Londrina	555.937	81.944
	Maringá	409.657	77.426
Norte Pioneiro Paranaense	Jaboti	5.427	433
	Jacarezinho	40.375	4.044
Centro-Oriental Paranaense	Ponta Grossa	358.367	47.061
	Cascavel	348.051	49.060
Oeste Paranaense	Marechal Cândido Rondon	55.836	7.483
	Medianeira	54.369	6.127
Sudoeste Paranaense	Pato Branco	91.836	13.359
	Realeza	19.247	2.750
Centro-Sul Paranaense	Guarapuava	182.093	20.902
Sudeste Paranaense	Irati	59.520	6.351
	São Mateus do Sul	42.358	3.937
Metropolitana de Curitiba	Curitiba	1.773.733	347.613
	Pontal do Paraná	30.245	5.186
	São José dos Pinhais	329.222	45.738

Fonte: Adaptado do Censo (IBGE, 2022) e do Mapa de Empresas (BRASIL, 2023).

Após a escolha dos municípios, a amostra foi definida a partir de contato com grupos de WhatsApp dedicados a empresárias filiadas às Associações Comerciais e por meio de

participação em eventos e palestras de empreendedorismo feminino realizados nos municípios, onde foi possível identificar e ter contato com o público-alvo. Isso viabilizou a aplicação dos questionários, que alcançou 84 respondentes, conforme demonstra o Quadro 4.

**Quadro 4** – Distribuição dos participantes da pesquisa por município

MESORREGIÃO	MUNICÍPIO PESQUISADO	QUANTIDADE DE RESPONDENTES
Noroeste Paranaense	Cianorte	1
	Paranavaí	1
	Tapejara	1
	Umuarama	9
Centro-Occidental Paranaense	Campo Mourão	12
	Janiópolis	1
Norte Central Paranaense	Londrina	9
	Maringá	1
Norte Pioneiro Paranaense	Jaboti	1
	Jacarezinho	3
Centro-Oriental Paranaense	Ponta Grossa	14
Oeste Paranaense	Cascavel	3
	Marechal Cândido Rondon	1
	Medianeira	1
Sudoeste Paranaense	Pato Branco	8
	Realeza	1
Centro-Sul Paranaense	Guarapuava	8
Sudeste Paranaense	Irati	3
	São Mateus do Sul	1
Metropolitana de Curitiba	Curitiba	3
	Pontal do Paraná	1
	São José dos Pinhais	1

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Assim, a amostra selecionada pode ser classificada como não-probabilística, visto que a seleção foi feita por acessibilidade e tipicidade, ou seja, os elementos pesquisados são representativos da população-alvo (VERGARA, 1997). No mesmo enfoque, Mattar (2005) aborda que, na amostragem não-probabilística, a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador.

### 4.3 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu em dois momentos. Primeiramente, por meio de documentação fornecida pelas Associações Comerciais das 10 mesorregiões do Paraná, que foi utilizada para análise e compreensão das semelhanças e diferenças do perfil dessas mulheres. Depois, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado via *Google Forms*, no período de julho a setembro de 2023, com o objetivo de analisar e compreender as percepções

das empreendedoras em relação ao poder e gênero na gestão dos seus negócios

O questionário, respondido por 84 mulheres, foi elaborado de forma que atingisse os objetivos deste estudo e mantivesse as empresárias pesquisadas focadas no conteúdo que envolveu a pesquisa. Assim, das 14 perguntas, 8 eram sobre o perfil delas e 6 sobre aspectos como sua motivação para empreender, o reflexo do empreendimento sobre o contexto de vida da respondente e os principais desafios e dificuldades enfrentados por elas no seu dia a dia.

#### 4.4 Análise dos dados

Com base nos dados deste estudo, obtidos a partir tanto da análise da documentação fornecida pelas Associações Comerciais das dez mesorregiões do estado do Paraná, quanto da aplicação dos questionários e triangulação de dados e pesquisas sobre o tema, buscou-se responder à seguinte problemática: quais as percepções das empreendedoras em relação ao poder e gênero na gestão dos seus negócios?

Para responder a isso, o estudo foi conduzido por meio da análise temática e Análise de Conteúdo a partir de aspectos identificados no referencial teórico e na realidade vivenciada pelas empreendedoras. A análise temática unifica pontos comuns, assim como gera um elevado grau de generalidade, permitindo ao pesquisador organizar ideias do contexto investigado (VAISMORADI et al., 2016). E a Análise de Conteúdo, como técnica de análise, avalia comunicações por meio de um procedimento sistemático para obter uma descrição do conteúdo de uma mensagem, facilitando as reflexões do pesquisador sobre a unidade de análise (BARDIN, 2016).

O estudo percorreu as diferentes etapas da análise consideradas por Bardin (2016), conforme mostra o Quadro 5.

**Quadro 5 – Etapas da análise**

<b>ETAPAS</b>	<b>DESCRIÇÃO DAS ETAPAS</b>
Pré-análise	Fase de organização das análises: escolha dos documentos a serem estudados.
Leitura e exploração do material	Fase de relação com os documentos: leitura mais concisa para conhecer melhor o contexto de estudo; e preparação do material para exploração, o que significa transcrever as entrevistas e as questões anotadas no decorrer da pesquisa.
Tratamento, inferência e interpretação dos dados	Fase de análise dos resultados relevantes: estudo, inferência e até mesmo confronto, de forma sistemática, do material e suas dimensões teóricas.

**Fonte:** Adaptado de Bardin (2016).

Para a tabulação inicial das respostas do questionário aplicado via *Google Forms*, isto é, para agrupamento e ordenação das respostas, bem como geração de gráficos sobre as questões pertinentes aos perfis dos respondentes, utilizou-se o software Microsoft Excel.

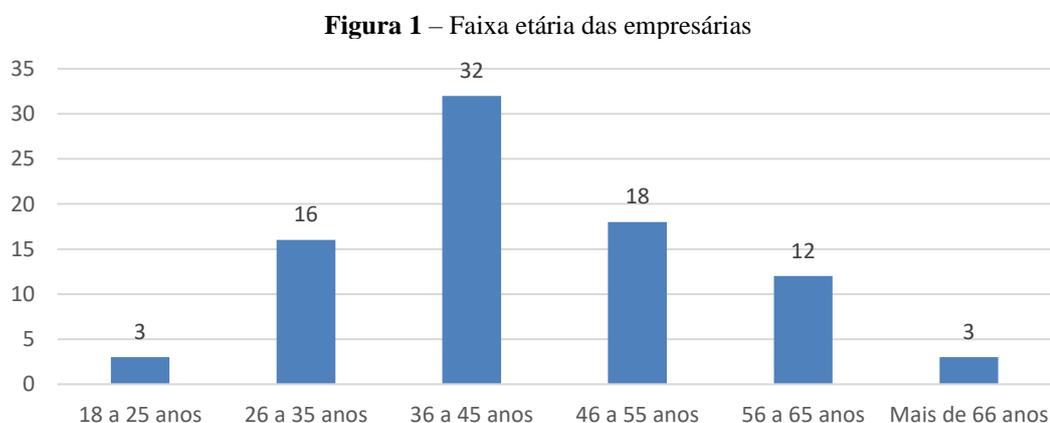
Já para a Análise de Conteúdo a partir das respostas obtidas nas seis perguntas referentes às percepções das empresárias sobre suas motivações, dificuldades e oportunidades para empreender, utilizou-se o software ATLAS.ti, que é uma ferramenta de análise de dados qualitativos – desenvolvido em 1989, por Thomas Muhr, na Alemanha.

O software possui uma gama de recursos que permite seu uso em inúmeras áreas de conhecimento e possui uma interface que propicia a análise de diversos tipos de dados. Isso auxilia o processo de organização da análise dos dados, pois o pesquisador pode realizar todas as inferências e categorizações a partir de sua base teórica (SILVA JUNIOR; LEÃO, 2018).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

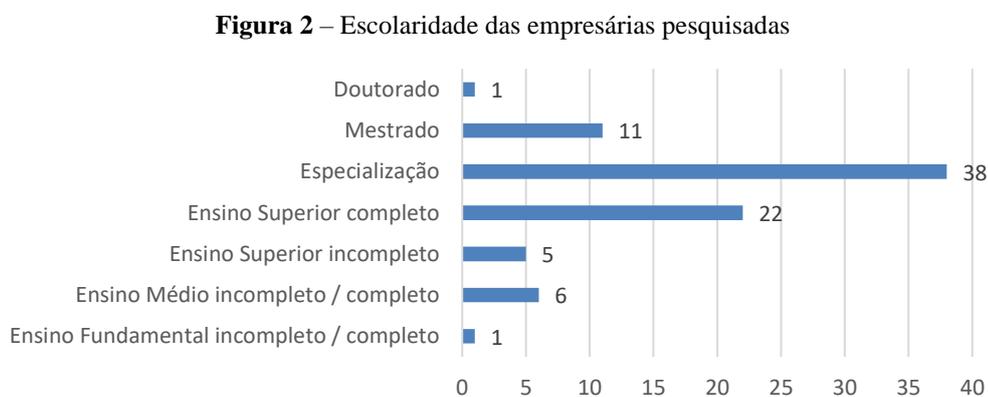
### 5.1 Dados sociodemográficos

A primeira parte do questionário, aplicado a grupos de empresárias de municípios pertencentes às dez mesorregiões do estado do Paraná, possibilitou a identificação do perfil das 84 respondentes. Com base nas respostas obtidas, 78 empresárias, ou seja, mais de 90% das respondentes, encontram-se na faixa etária entre 26 e 65 anos (Figura 1).



**Fonte:** Dados da pesquisa.

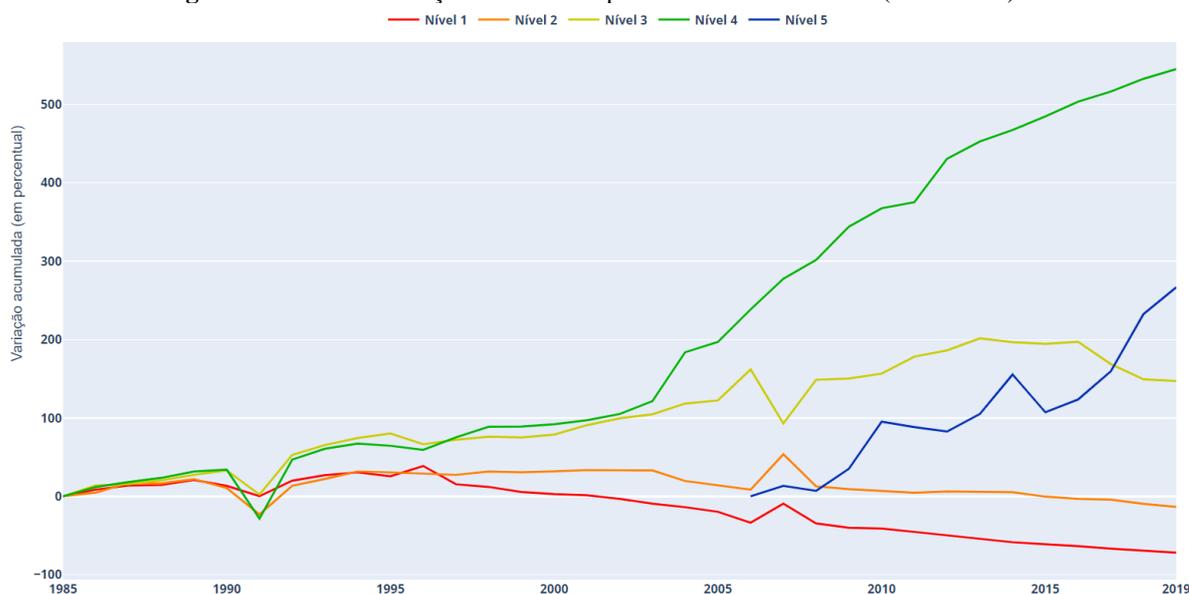
Com relação ao nível de escolaridade, percebeu-se que as empresárias pesquisadas possuem, em sua maioria, ensino superior ao menos, conforme mostra a Figura 2. Dentre as respostas obtidas, destacam-se especialização lato sensu (38 respostas), ensino superior completo (22 respostas) e mestrado (11 respostas).



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Esse fato pode ser explicado pela maior acessibilidade ao ensino superior no Brasil, conforme apontado no relatório de desigualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial (2023). Em complemento, pesquisas realizadas nos últimos anos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir de sua plataforma de dados integrados, o Atlas do Estado Brasileiro, observam que o estado do Paraná tem apresentado aumento significativo nos seguintes níveis de escolaridade: superior completo (nível 4) e mestrado e doutorado (nível 5), conforme mostra a Figura 3.

**Figura 3** – Paraná: evolução de vínculos por nível de escolaridade (1985-2019)



**Fonte:** Atlas do Estado Brasileiro (IPEA, 2023).

O relatório GEM 2022 confirma essa questão, principalmente ao analisar a variação da escolaridade frente ao indicador de empreendedores estabelecidos. Entre os anos de 2021 e 2022, foi registrada “uma redução da taxa entre os que têm o menor nível de escolaridade (-21%) e um aumento de mesma magnitude na taxa entre os mais escolarizados (21%)” (GEM, 2022, p. 10).

Com relação aos empreendimentos novos, as taxas seguem na contramão. Em 2022, houve uma redução (saída) de empreendedores novos mais escolarizados (-29%), “possivelmente devido à recuperação da economia, que passou a atrair mais fortemente as pessoas com melhor nível de escolaridade para as novas posições no mercado de trabalho, como empregados” (GEM, 2022, p. 10). O aumento da taxa geral de empreendedorismo novo daquele ano deu-se pelo aumento da taxa entre os que possuem ensino fundamental incompleto, ou seja,

a taxa de empreendedorismo, com relação ao nível de escolaridade, pode variar conforme o momento em que se apresenta a economia e sua estrutura.

Outro aspecto importante sobre o empreendedorismo feminino diz respeito à constituição familiar. Sobre esse assunto, as empresárias foram questionadas sobre seu estado civil e se possuíam ou não filhos. Das 22 respondentes sem filhos, registraram-se 13 solteiras, 4 casadas, 3 divorciadas e 2 em regime de união estável. Das 14 mulheres com 1 filho, constataram-se 9 casadas, 3 divorciadas, 1 em regime de união estável e 1 solteira. Com relação às 35 mulheres mães de 2 filhos, verificaram-se 28 casadas, 3 divorciadas, 2 em regime de união estável e 2 solteiras. Das 12 mães com 3 filhos, observaram-se 9 casadas, 2 viúvas e 1 divorciada. E das mães com mais de 3 filhos, houve apenas uma respondente, casada.

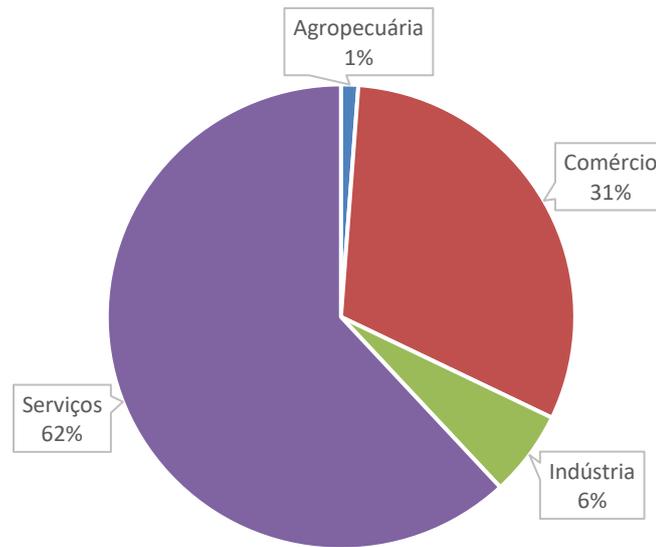
Em resumo, percebe-se que a maioria das empresárias solteiras não possuem família constituída, enquanto aquelas que a possuem estão casadas e tem ao menos um filho, o que pode indicar a existência de dupla jornada para esse segundo público. A dupla jornada se refere à multiplicidade de tarefas ou papéis exercidos, que tende a ser uma característica do universo feminino, que reconhece o talento das mulheres em realizarem e pensarem várias coisas ao mesmo tempo (JONATHAN, 2005).

Jonathan (2001), ao estudar empreendedoras do estado do Rio de Janeiro, percebeu que o maior desejo delas é alcançar um equilíbrio entre as necessidades vinculadas aos espaços profissional, familiar e pessoal. O mesmo autor comenta que, “ao perceberem [...] que o trabalho e família se ajudam e se beneficiam mutuamente, as empreendedoras parecem encontrar um dos caminhos para sustentar tal equilíbrio e obter satisfação”, e conclui que a multiplicidade de papéis “pode enriquecer e ser fator de soma, e não de divisão, fragmentação, contradição e estresse” (JONATHAN, 2005, p. 374).

Conforme observa Cherlin (2001), uma vida cheia de ocupações e que combine trabalho com maternagem traz satisfação e sentimento de realização. Em geral, conclui o autor, as mulheres que trabalham, especialmente as mães, possuem índices mais altos de bem-estar e estão mais satisfeitas do que aquelas que não trabalham.

## **5.2 Tipos de empreendimentos**

As empresárias pesquisadas atuam em diferentes atividades. Ao questionar os principais segmentos de atuação, percebeu-se o predomínio dos setores de comércio (31%) e de serviços (62%), conforme demonstra a Figura 4.

**Figura 4** – Principais segmentos de atuação empresarial

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Conforme o relatório do GEM (2021), as principais atividades dos empreendimentos estabelecidos em 2021 para o sexo feminino foram: serviços domésticos; cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza; confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas; restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas; fabricação de produtos diversos; comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

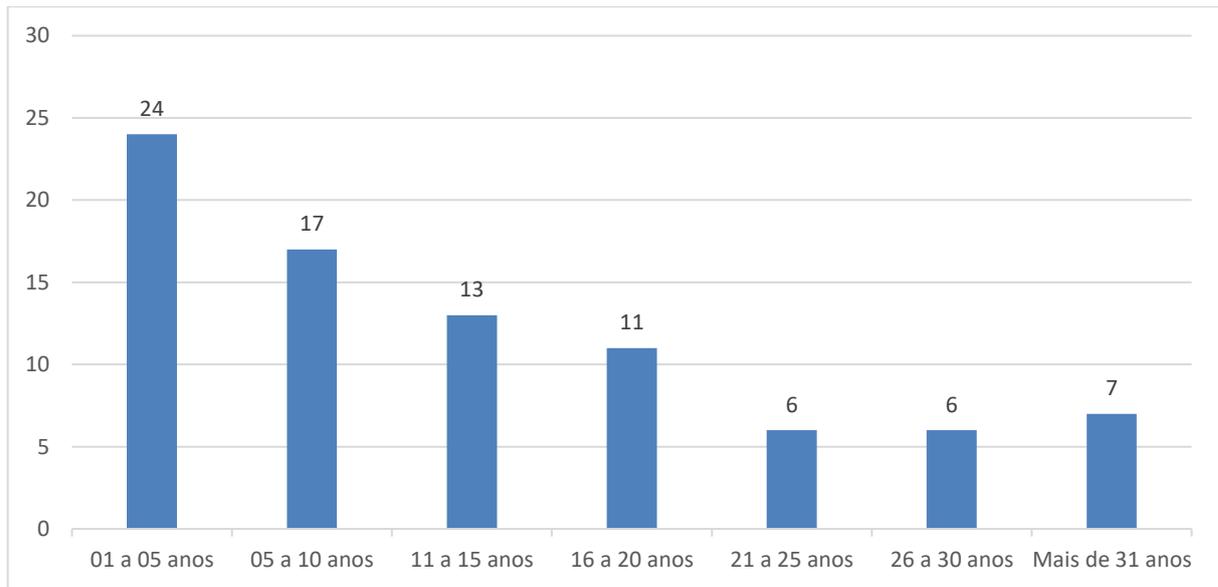
Considerando a amostra pesquisada no estado do Paraná, as principais atividades foram prestação de serviços nas áreas de saúde, estética e bem-estar, arquitetura e urbanismo e educação (Figura 5). No segmento do comércio, o destaque foi para produtos alimentícios, semijoias e moda feminina. Quanto ao segmento de indústria e agropecuária, as atividades exercidas pelas respondentes foram variadas e sem predomínio de uma ou outra, a saber: trabalhos voltados à iluminação; confecção de camisetas, brindes e uniformes escolares; fabricação de alimentos; e atividades referentes à agricultura.

**Figura 5 – Atividades exercidas pelas empresárias paranaenses**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Aproximadamente 50% das empresárias (41 respostas), conforme mostra a Figura 6, desempenha a atividade empresarial atual entre 1 e 10 anos, enquanto o restante empreende há mais tempo. Essa eficiência na gestão empresarial, que garante a continuidade dos negócios, pode estar relacionada ao maior nível de escolaridade das empresárias, visto que “empreendedores que tem maior nível de escolaridade, também buscam realizar cursos de gestão empresarial, como forma de compensar a falta de experiência, e para aumentar sua competência gerencial” (FERREIRA et al., 2012, p. 817).

**Figura 6** – Tempo de desempenho nas atividades empresariais

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Bertolami et al. (2018, p. 329) estudaram alguns aspectos que podem influenciar a sobrevivência das empresas nascentes e destacaram que algumas variáveis ligadas a práticas empresariais e capital humano têm efeito positivo sobre a sobrevivência de empresas nascentes, “especificamente, que a baixa escolaridade do empreendedor aumenta a probabilidade de descontinuidade das empresas”. E se esses efeitos são positivos no início dos negócios, possivelmente contribuirão para a continuidade deles.

### 5.3 Análise de conteúdo

A segunda parte do questionário foi composta por seis perguntas abertas, o que permitiu fazer uma análise qualitativa por meio da Análise de Conteúdo. Isso possibilitou realizar interpelações subjetivas sobre as experiências vivenciadas pelas mulheres em relação à atividade empreendedora.

No processo de análise dos dados do questionário, fez-se necessária a sua codificação e categorização. A codificação, elemento essencial da Análise de Conteúdo, pode ser uma palavra ou frase curta que se sobressai dentro da unidade de análise, isto é, um código capaz de resumir, filtrar ou condensar dados de acordo com os interesses da pesquisa. Após a codificação das unidades de análise, que, nessa pesquisa, surgiram das respostas do questionário, a pesquisadora pôde categorizá-las.

Para o presente estudo foram definidas duas categorias temáticas: a primeira foi de análise pessoal, agrupando percepções intrínsecas que a respondente tem em relação a ela e ao empreendedorismo; e a segunda foi de análise interpessoal, sendo a percepção extrínseca que a empreendedora tem da relação dela com o outro. No Quadro 6, pode-se observar as codificações e as categorias estabelecidas para a pesquisa.

**Quadro 6** – Categorias de análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CÓDIGOS	FREQUÊNCIA
Percepções Intrínsecas (Percepções que a empreendedora tem em relação a ela e ao empreendedorismo)	Conciliação trabalho-família	33
	Flexibilidade de horários	28
	Maior rendimento financeiro	28
	Sobrecarga de trabalho	27
	Crescimento Pessoal	22
	Crescimento profissional	14
Percepções Extrínsecas (Percepção que a empreendedora tem dela em relação ao outro)	Autoridade questionada	45
	Preconceito de gênero / sexismo	42
	Capacidade questionada	18
	Assédio sexual	08
	Assédio moral	03

**Fonte:** Dados da pesquisa

Para as participantes da pesquisa, conciliar trabalho e família traz desafios para a execução do seu papel enquanto empreendedora. Pode-se evidenciar, por meio dos relatos presentes na categoria de análise pessoal, que o avanço da mulher no mundo do empreendedorismo não tirou delas a responsabilidade do seu papel constituído por meio dos estereótipos de gênero, que reforça sua responsabilidade no cuidado da família.

A empresária 14 comentou que

uma das maiores dificuldades que as empreendedoras iniciantes enfrentam é a tripla jornada, onde elas assumem a responsabilidade pelo negócio ou empresa, pelos cuidados do lar e da família, sobretudo dos filhos e pais em idade avançada ou doentes.

Nessa mesma perspectiva, a empresária 54 relatou a

dificuldade em conciliar a vida pessoal (filhos, casa, estudos) com o empreendimento. Foi muito cobrada pela minha família para dar mais atenção

a minha filha, e assim tive que abrir mão de tempo para investir no meu negócio. Pois isso ele cresce bem lentamente.

Para as empreendedoras, surge a sensação de conflito entre o compromisso de atuar no negócio e a responsabilidade com a casa e a família, uma vez que, conforme observou a empresária 65, “a pressão para equilibrar responsabilidades familiar e profissionais pode ser especialmente intensa, afetando a capacidade de dedicar tempo e energia ao negócio”. De acordo com a empresária 31, “depois vem a questão da família, a mulher sempre tem um peso maior com filhos e responsabilidade doméstica então é difícil estar disponível 100% do tempo, principalmente quando as crianças são pequenas.”

As falas das empreendedoras evidenciam o desafio que enfrentam para conciliar a rotina da família com a atividade de empreender. Mas, segundo descrevem Ferreira et al. (2012), a busca das mulheres por empreender vem justamente da necessidade de conciliar melhor a vida pessoal e profissional. Diante disso, os questionamentos quanto ao papel do gênero feminino são presentes e permitem refletir se a atividade empreendedora é, de fato, um modelo que permite à mulher circular entre os espaços de poder, aqueles que geram riqueza.

A partir das afirmações citadas, é possível perceber que o ato de empreender fundamentado no modelo patriarcal tem sustentado uma parcela significativa de empreendedoras sobrecarregadas, conforme relatou a empresária 28, ao dizer que existe “sobrecarga de trabalho, pois tem dupla jornada – em casa e no trabalho”:

[...] a dificuldade é que mulher nunca só é empresária, a mulher é mãe é esposa e empresária, e conseguir conciliar tudo isso com a administração de um negócio não é fácil. Somos cobradas diariamente por resultados e por atitudes profissionais e pessoais. Minha maior dificuldade foi conseguir encaixar tudo isso de uma maneira que o processo se tornasse prazeroso (empresária 70).

Em complemento, a empresária 39 comentou que:

O empreendedorismo ocupa muitas horas do dia, talvez 24h pois até sonhamos com trabalho. Nesse sentido, o papel de esposa e dona de casa, que também são papéis de 24h podem ficar um pouco a desejar, o fato de atividades domésticas estarem sob a atenção da mulher, me coloca as vezes em angústia mental por não dar conta (empresária 39).

Desse modo, a conciliação dos múltiplos papéis de mãe, esposa e empreendedora é um desafio diário para as empreendedoras e um dos grandes motivos da exaustão física, mental e emocional. Além disso, segundo Castells (2018), a mulher enfrenta dificuldade para circular no

meio social em condições de igualdade ao homem, isto é, apesar de serem detentoras dos mesmos direitos, na prática, isso nem sempre acontece.

Evidencia-se, assim, que o ato de empreender é mais complexo para a mulher do que para o homem, visto que, além dos diversos desafios que a atividade empreendedora já traz, a mulher ainda precisa lidar com as expectativas e cobranças externas e internas quanto ao seu papel de gênero na sociedade. Apesar disso, elas relatam que a possibilidade de renda financeira e de crescimento pessoal e profissional tem um significado importante na sua jornada enquanto mulheres empreendedoras.

Algumas motivações para empreender, segundo as participantes desta pesquisa, são: “independência financeira e realização pessoal e profissional” (empresária 16); “vida mais ativa, socialização, parte financeira, adaptação” (empresária 22); “aprendizado contínuo, desenvolvimento pessoal e profissional” (empresária 41); “crescimento pessoal, amadurecimento profissional, aprendi a ser mais flexível e organizada” (empresária 76); “aprendizagem e evolução constante, possibilidade de conexão com os mais diversos perfis de pessoas, trabalhar de onde quero e por quantas horas desejar” (empresária 77).

As empreendedoras percebem que atuar como donas do próprio negócio é uma importante fonte de conhecimento profissional e de autoconhecimento, possibilitando o crescimento pessoal e profissional. Assim relataram algumas empresárias: “Ser empreendedora e estar dentro do meio associativismo me trouxe muito conhecimento tanto para o profissional quanto para o pessoal” (empresária 56); o ato de empreender trouxe “muito autoconhecimento, pois um grande líder precisa primeiro capacitar a si próprio. Me tornou uma pessoa mais positiva que sempre foca nas soluções dos problemas” (empresária 9). E isso pode gerar oportunidades de crescimento, conforme destacou a empresária 68:

Oportunidade de crescimento financeiro, pessoal e profissional. Empreender me trouxe amadurecimento, autoconhecimento, desafios, superação, bons relacionamentos com pessoas e me possibilitou fazer a diferença no meio que vivo, no desenvolvimento da minha comunidade, trabalhando através das associações e entidades (empresária 68).

Percebe-se, no empreendedorismo, um caminho que as mulheres encontram fora do lar e dos empregos convencionais para exercerem sua autonomia, liderança e poder. Para Beauvoir (1979, p. 291), “uma mulher torna-se plenamente humana quando tem oportunidade de se dedicar ao exercício de atividades públicas e quando pode ser útil à sociedade”. E, por meio do empreendedorismo, essas mulheres podem ir além da imagem de dona de casa, limitada às atividades domésticas.

Contudo, elas precisam lidar com a conciliação trabalho-família, que é um desafio exclusivo das mulheres, tendo em vista a herança cultural que a coloca como responsável pelos filhos e afazeres domésticos. E essa dificuldade tem uma relação intrínseca com outro código que aparece muito: “sobrecarga de trabalho.”

É notório, nesta pesquisa e em outras já realizadas, que os vários papéis desempenhados pelas mulheres (empreendedoras, mães, esposas) na tentativa de conciliar trabalho-família têm causado “sobrecarga de trabalho”. E isso afeta outros códigos que também aparecem com grande incidência na análise, que são o “crescimento pessoal” e o “crescimento profissional”.

Algumas expressões utilizadas pelas participantes confirmam isso: sonhar com o trabalho, angústia mental, cobrança da família, pressão e cobrança. Tais expressões reforçam a tese de que uma parte considerável das percepções intrínsecas das empresárias participantes com relação a elas mesmas e ao empreendedorismo estão permeadas de dualidade, por exemplo: para o sucesso da sua atividade empreendedora, existe a possibilidade do fracasso pessoal dentro da família. Diante disso, pode-se questionar até que ponto a ideia subjetiva de ter que escolher entre a família e o empreendimento afeta o empreendedorismo feminino?

Na análise dos relatos das empreendedoras sobre as percepções interpessoais, segunda categoria de análise, nota-se que o relacionamento com clientes, fornecedores e funcionários é carregado de sexismo. Em alguns casos, a capacidade de as mulheres estarem à frente de seus negócios é questionada pelo simples fato de serem mulheres. São situações como essas que fazem emergir os desafios enfrentados por elas em relação ao gênero.

É por meio da comunicação que se estabelecem relações interpessoais, em que se aprende e se ensina, se impõe e se estabelecem alianças. No mundo dos negócios, em especial do empreendedorismo, não é diferente, pois uma comunicação boa e eficaz abre novos horizontes de relações e negócios. No entanto, em se tratando de empreendedorismo feminino, os desafios em relação ao gênero se fazem presentes e podem ser percebidos sutilmente na comunicação, por exemplo, com os funcionários.

Pode haver dificuldades na comunicação com funcionários, especialmente se os colaboradores não estão acostumados a serem liderados por mulheres. Encontrar o equilíbrio certo entre assertividade e empatia pode ser um desafio, pois as mulheres muitas vezes são pressionadas para serem “agradáveis” ou podem ser percebidas como “rígidas” se forem muito assertivas (empresária 65).

As dificuldades na comunicação entre uma mulher e seus funcionários está para além do fato de eles estarem ou não acostumados em serem liderados por uma mulher. Muitas vezes,

encontrar o chamado “equilíbrio certo entre assertividade e empatia” é quase intransponível. Na tentativa de ser “agradável” para não parecer “rígida”, alguns funcionários entendem o “agradável” como incapacidade de liderança. Por isso que muitas mulheres optam por serem mais “firmes” e, por vezes, são consideradas intransigentes pelos funcionários.

Funcionários homens mais velhos, eles desconfiam se realmente estou preparada para ser a líder deles, mas aos poucos vou conquistando e eles vão se abrindo e me dando espaço. Mas requer uma paciência extra, e vencer alguns obstáculos e limites impostos que se fossem um homem não teria (empresária 66).

Exercer uma função de comando em meio a liderados mais velhos exige um esforço maior, pois, de várias formas, eles tentam deslegitimar os “mais novos”, destacando, por exemplo, a famosa “falta de experiência”. E quando o líder mais novo é mulher, a capacidade de superar os obstáculos e limites impostos pelo preconceito são maximizados, chegando a situações como esta relatada pela empresária 73: “houve funcionário que simplesmente ignorou os direcionamentos de trabalho.”

Situações explícitas de preconceito são frequentes nas relações comerciais entre empreendedoras, fornecedores e seus clientes, como comenta a empresária 6: “o fato de ser mulher torna um pouco mais difícil as negociações. Quase sempre há um interesse por parte dos homens em levar vantagem ao negociar com mulheres.” Em casos assim, a liderança da mulher é colocada a prova e, se ela não tem clareza da situação e não toma a decisão mais correta, sua autoridade como líder é posta em risco dentro da sua própria empresa.

A empresária 20, ao tratar das negociações com clientes e fornecedores, comenta que uma dificuldade é “receber credibilidade e respeito de sócios e clientes/fornecedores. Muitas vezes ser cortada e silenciada em reuniões”. Isso demonstra desconfiança e subestimação com relação às suas competências profissionais e pode gerar situações desagradáveis e constrangedoras, configurando assédio: “Clientes! Daqueles que querem negociar com um homem, com o dono, quando na verdade eu era a dona e quem tratava do financeiro. Já passei por situações constrangedoras de assédio com clientes” (empresária 17).

Tive dificuldade em ser ouvida por um funcionário mais velho e do sexo masculino. Ele apresentava comportamentos completamente machistas e tinha dificuldade em receber orientações vindas de uma mulher e ainda mais jovem. Tive que me impor e isso é difícil, pois acabei me “masculinizando” para poder ser respeitada. Outra dificuldade que acredito que as mulheres ainda enfrentam são as “brincadeiras” vindas de alguns homens, assédio (empresária 3).

A ideia ou medo do fracasso presente na primeira categoria de análise (interpessoal), que agrupou percepções intrínsecas que a empreendedora tem em relação a ela e ao empreendedorismo, parece voltar à tona nessa segunda categoria de análise, que diz respeito às percepções interpessoais. Isso porque, diante da necessidade de autoafirmar-se capaz de realizar atividades fora do lar com lucratividade, as mulheres buscaram por conhecimento e desenvolvimento de novas competências.

Para contornar os questionamentos quanto a sua capacidade, as mulheres empreendedoras precisam posicionar-se nas negociações com fornecedores e clientes, na liderança de suas equipes e na gestão do seu próprio negócio. Um exemplo disso é a experiência compartilhada pela empresária 62: “existiu um caso que atendi um homem e ele pediu para ser atendido por homem, aí falei para ele que iria contar um segredo ‘eu era um homem’ (não sou), não sei se acreditou, eu fiz o orçamento e minha empresa executou os serviços kkk.”

A empresária 68 também passou por situação semelhante. Ela comentou que é possível firmar uma relação de credibilidade ao demonstrar bom desempenho, independente do seu ramo de atuação.

[...] eles desconfiam, questionam se sou eu mesmo a pessoa responsável, já ouvi diversas vezes quem é o homem que me ajuda, eles ficam procurando um homem por trás de mim. Tenho a sensação que um homem trás confiança para eles e já ganha de forma mais rápida a abertura para a relação, comigo eles ficam um pouco desconfiados, mas com o tempo eles conhecem e estabelecemos uma relação de credibilidade, normalmente os meus números falam por mim, e eles mudam o tratamento quando percebem o meu desempenho (empresária 68).

No entanto, cabe lembrar que, na sociedade primitiva, eram as mulheres que organizavam e dirigiam a vida social. Reed (2008) comenta que, em termos históricos, a divisão do trabalho entre os sexos foi uma realidade assim:

Homens e mulheres, juntos, aumentaram o bem-estar social e consolidaram as primeiras povoações sedentárias. Mas a Revolução Agrícola, promovida pela mulher, que divide a época da colheita da época da produção, da mesma forma separa a barbárie da civilização e, mais adiante ainda, assinala o desenvolvimento de um novo sistema social e uma inversão da liderança econômica e social dos sexos. Estas novas condições de vida, que começaram com a abundância de alimentos necessários para uma população crescente, liberaram uma nova força produtiva e, com ela, novas relações produtivas. A velha divisão do trabalho entre os sexos foi substituída por uma nova divisão social do trabalho. O trabalho agrícola separou-se do trabalho industrial urbano, o trabalho manual do trabalho intelectual. E as atividades femininas passaram gradualmente para os homens. [...] O homem se apoderou dos fornos

inventados pelas mulheres e os transformou em fráguas e forjas para fundir os metais brutos e obter cobre, ouro e ferro. A Idade do Metal foi como a aurora da idade do homem. [...] As mesmas causas que levaram à emancipação do homem conduziram à queda do matriarcado e à escravização da mulher. No momento em que o homem se apropriou dos meios de produção, a mulher foi relegada exclusivamente a suas funções biológicas de mãe, e lhe foi negada toda forma de participação na vida social produtiva. Os homens tomaram as rédeas da sociedade e fundaram um novo a serviço de suas necessidades. Da destruição do matriarcado, nasceu a sociedade de classes. [...] Por isso não é científico querer discutir a superioridade do homem ou da mulher sem levar em conta a experiência histórica. No transcurso da história, assistimos a uma grande inversão na superioridade social dos sexos. O papel dirigente pertenceu primeiro à mulher, biologicamente dotada pela natureza; e logo aos homens, socialmente dotados pelas mulheres. Entender estes fatos históricos significa evitar cair na armadilha de valorizações arbitrárias baseadas somente em instinto e pré-julgamentos. E compreender isto significa destruir o mito que faz das mulheres seres naturalmente inferiores (REED, 2008, n.p).

Mesmo ocupando um lugar de liderança e sendo a gestora de seus negócios, essas empresárias relataram assédio moral e sexual. Isso reflete o quanto a sociedade ainda cultiva a cultura patriarcal, pois a existência da mulher ainda está condicionada a servir e estar disponível para atender a necessidade de uma cultura machista.

Conforme relato da empresária 14, “já enfrentei assédio moral e sexual e recebi propostas indecentes de ‘trocas’, do tipo: ‘– O que eu ganho se fechar negócio contigo?’, ‘– Não sai um brinde para a gente?’”. A empresária 13 complementa: “o assédio infelizmente ainda faz parte do dia a dia das mulheres empreendedoras. Um dos problemas que acabam tirando a autoridade e posicionamento no mercado.”

O código de análise “autoridade questionada”, muito frequente, é um desafio presente no dia a dia de praticamente todas as mulheres participantes da pesquisa. Tal situação precisa ser tratada com seriedade e “rigor”, ainda que, para isso, a mulher seja considerada por alguns homens como “intransigente”.

Outro código de análise que também apareceu com bastante frequência é o “preconceito de gênero/sexismo”. Se, por um lado, impor-se enquanto mulher é necessário para não acentuar ainda mais o preconceito de gênero, a conscientização sobre o sexismo precisa ser trabalhada constantemente, seja no trabalho, em casa e/ou no ambiente escolar. Portanto, a partir dos relatos das empreendedoras participantes da pesquisa, que contribuíram para as questões de gênero que permeiam o empreendedorismo, foi possível observar que ainda se tem um longo caminho a percorrer para uma equidade de gênero no empreendedorismo.

Erradicar estereótipos de gênero deve ser prioridade para qualquer sociedade. E segundo o Relatório de Gênero de 2020, constante no Relatório de Monitoramento Global da Educação

da Unesco, é na educação que está a origem e ao mesmo tempo a solução para os estereótipos: “números cada vez maiores de leis e políticas promovem igualdade de gênero na educação no papel, mas ainda deixam a desejar na prática” (UNESCO, 2020, p. 2).

Em 1960, 105 países ratificaram a Convenção da Unesco relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino e, desde 1995, 23 a assinaram. Também é relevante destacar que os ministérios da educação financiaram leis promovendo igualdade de gênero em 50% dos países e criando políticas nesse sentido em 42% deles. Segundo a Unesco (2020), 46% dos países têm legislação e 58% têm políticas que promovem a igualdade de gênero na educação sob a liderança de outros ministérios.

Para se ter uma ideia do quão importante é o papel da educação na questão de gênero e que, de fato, é na educação que está a origem e a solução para os estereótipos, o relatório da Unesco (2020) destaca a importância do aconselhamento escolar na melhoria, por exemplo, da paridade de gênero nas escolhas de áreas do conhecimento, pois, segundo o relatório,

[...] os conselheiros escolares frequentemente promovem estereótipos de gênero, o que afeta as escolhas dos alunos em termos de educação e carreira. Uma pesquisa entre conselheiros de educação secundária no estado de Wisconsin, nos Estados Unidos, descobriu que eles acreditavam que as alunas tendiam a obter melhores notas em matemática do que os alunos, mas, ainda assim, esses conselheiros estavam menos propensos a recomendar matemática às meninas do que língua e literatura (UNESCO, 2020, p. 3).

A Unesco afirma a necessidade de adotar estratégias específicas quanto a gênero para alcançar a paridade, e cita os casos da Botswana, da Alemanha e dos Emirados Árabes Unidos. Na Botswana, havia um programa de orientação e aconselhamento e um Conselho de Referência em Gênero, mas sem uma estrutura mais ampla voltada para ajudar meninas e mulheres que desejassem se dedicar a áreas de TVET (*Technical Vocational Education and Training*, ou seja, Ensino e Treinamento Técnico e Profissional) e STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*, ou seja, Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) (UNESCO, 2020).

Na Alemanha, verificou-se um aumento na parcela de meninas na área STEM entre os anos de 1999 e 2017. E como não havia medidas de gênero para aconselhamento e orientação vocacional, esse fato possivelmente decorreu de uma centralização de informações on-line relacionadas a essa área de conhecimento. Pode ter havido também a colaboração entre os ministérios da mulher, da juventude, do trabalho e de assistência social (UNESCO, 2020).

Já nos Emirados Árabes Unidos, as estratégias nacionais para TVET e STEM não fazem referência a gênero e nem a práticas de aconselhamento específicas de gêneros. Além disso, as mulheres permanecem sub-representadas nessas áreas (UNESCO, 2020).

Outro aspecto que a Unesco (2020) aponta é referente à produção de livros didáticos com estereótipos de gênero e com referências limitadas de mulheres e meninas:

A parcela de meninas em textos e imagens de livros didáticos para escola secundária em inglês era de 44% na Malásia e na Indonésia, 37% em Bangladesh e 24% na província de Punjab, no Paquistão.

[...]

Em Comores, livros didáticos ainda contêm estereótipos de gênero, em parte porque os desenvolvedores de livros didáticos não passaram por treinamento ou sensibilização.

A Etiópia demonstrou estar comprometida com a igualdade de gênero na educação, inclusive pela revisão de livros didáticos. No entanto, os estereótipos permanecem, o que pode ser atribuído ao fato de mulheres serem excluídas da revisão e do desenvolvimento de livros didáticos, à falta de treinamento e à falta de compromisso das autoridades com o combate às normas discriminatórias.

No Nepal, houve um esforço de tornar materiais mais sensíveis a gênero por meio de orientação sobre materiais educativos que apresentam especificidades de gênero e de um especialista em gênero para revisar o conteúdo, além de auditorias sobre gênero e revisões formais de todos os materiais a cada cinco anos, embora algumas dessas medidas não tenham sido totalmente implementadas.

Na Europa, 23 de 49 países não abordam orientação sexual e identidade de gênero explicitamente em seus currículos (UNESCO, 2020, p. 4).

Segundo a Unesco (2020, p. 4), “a desigualdade de gênero existe na contratação e promoção de professores, e é necessário tornar a educação de professores mais sensível a gênero”. Conforme o Relatório,

as mulheres perfazem 94% dos professores no ensino pré-primário, 66% dos professores no primário, 54% no secundário e 43% no terciário. Há um “teto de vidro”, isto é, uma barreira muitas vezes invisível, para mulheres em busca de alcançar cargos de liderança. Em um estudo de caso em Brasília, 75% das escolas só tinham candidatos homens a cargos escolares de liderança. Nos últimos 25 anos, todos os ministros federais da educação foram homens. Na Bulgária, somente 5 de 95 ministros da educação em 140 anos eram mulheres. Os professores ainda agem como se meninas e meninos tivessem habilidades acadêmicas diferentes, o que afeta os resultados acadêmicos. Na Itália, as meninas que tiveram professores com posturas tendenciosas de gênero apresentaram desempenho inferior em matemática e escolheram escolas secundárias menos exigentes, seguindo as recomendações dos professores (UNESCO, 2020, p. 4).

Ainda segundo o relatório, a violência de gênero relacionada à escola impede uma educação inclusiva de boa qualidade:

As meninas têm maior probabilidade de passar por assédio, abuso e violência verbal e sexual, enquanto os meninos são frequentemente submetidos a violência física. Diante de tais situações, a discriminação de gênero foi considerada o problema global mais importante por 8% dos adultos na última Pesquisa Mundial de Valores. Uma volta aos valores tradicionais é uma ameaça cada vez maior aos direitos das mulheres. A proporção de pessoas com preconceito moderado a intenso contra a igualdade de gênero aumentou entre 2005-09 e 2010-14 em 15 dos 31 países participantes da pesquisa (UNESCO, 2020, p. 4-5).

O objetivo de trazer essas informações constantes no Relatório de Monitoramento Global da Educação da Unesco (2020) foi para promover uma reflexão a respeito da complexidade da herança cultural sexista presente, inclusive, na educação. Dessa forma, fica mais claro compreender a presença dos códigos de análise no estudo realizado com as mulheres empreendedoras do estado do Paraná, a saber: autoridade questionada; preconceito de gênero; capacidade questionada; assédio sexual; e assédio moral.

No início desse capítulo, apresentaram-se dados sobre o aumento significativo no nível de escolaridade das mulheres do estado do Paraná, e isso se assemelha ao grau de escolaridade das mulheres empreendedoras pesquisadas no presente estudo. Apesar de os dados serem positivos, é imprescindível refletir para além das aparências, pois, por vezes, é na própria escola, frequentada por meninos e meninas, e na própria universidade, frequentada por homens e mulheres, que as práticas sexistas se perpetuam.

Por isso a importância de a mulher cobrar da sociedade uma conscientização nos vários espaços, principalmente na educação, pois, quando esses meninos e meninas, homens e mulheres vão para o mercado de trabalho, as consequências das práticas sexistas, que aparecem de forma explícita ou velada, já estão consolidadas. Vê-se, portanto, na educação formal, a grande aliada na construção de uma sociedade menos excludente e sexista, pois ela é a origem e a solução para os estereótipos.

É na educação que se deve abordar, desde as séries iniciais, a influência do patriarcado na história das mulheres, as relações de poder e gênero nos espaços sociais e, por que não, o empreendedorismo feminino na contemporaneidade. As experiências vivenciadas por empreendedoras, como essas aqui registradas ao longo do trabalho, podem contribuir diretamente com isso, suscitando novos estudos e pressionando a sociedade, permeada por pré-

conceitos culturais, a arquitetar, de forma coletiva, estratégias para desconstruir e construir ideias e imaginários.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo feminino não se refere apenas às empreendedoras, ele atravessa a sociedade, causando mudanças estruturais e comportamentais, e impactando as relações de poder no campo pessoal e interpessoal. Por meio dessa pesquisa qualitativa, junto a 84 empresárias do estado do Paraná, emergiram questões subjetivas das empreendedoras que comprovam isso.

Os relatos, assim, foram importantes para uma maior compreensão dos sentimentos do gênero feminino quanto ao fenômeno empreendedorismo. Por exemplo, por meio deles, ficou evidente que, mesmo que as mulheres avancem no nível de escolaridade e no mundo do empreendedorismo, elas sofrem sexismo, pois a heteronormatividade ainda permeia o mundo dos negócios.

O modelo patriarcal é fortemente presente na vida das empreendedoras, como visto ao longo da pesquisa, interferindo diretamente nas relações de poder e gênero dentro e fora das empresas. E tais relações devem ser abordadas desde as séries iniciais da educação formal, uma vez que é na escola que os indivíduos formam opinião e estereótipos.

Quanto ao problema proposto neste estudo, o qual questiona as percepções das empreendedoras em relação ao poder e gênero na gestão dos seus negócios, a pesquisa considerou duas categorias de análise para respondê-lo: a análise pessoal (percepções intrínsecas que a empreendedora tem em relação a ela e ao empreendedorismo) e a análise interpessoal (percepções extrínsecas que a empreendedora tem dela em relação ao outro).

A partir das análises pessoal e interpessoal, pôde-se observar que as empreendedoras mulheres, mesmo com todas as dificuldades e desafios (conciliação trabalho-família; sobrecarga de trabalho; autoridade questionada; preconceito de gênero/sexismo; capacidade questionada; assédio sexual e moral), vislumbram o empreendedorismo como um espaço de oportunidades. Isso porque ele oferece possibilidades de maior renda e de desenvolvimento de competências e habilidades pessoais e interpessoais (crescimento pessoal e profissional), despertando, ainda, um sentimento de pertencimento a esse espaço de poder.

Desse modo, o presente trabalho, por meio de debates acerca da heteronormatividade, do sexismo e do patriarcado, buscou contribuir para a criação de estratégias e caminhos que possibilitem a igualdade de gênero no empreendedorismo. E, para novas pesquisas, sugerem-se estudos que avancem para grupos de empreendedoras negras e LGBTQIAP+, assim como

novas pesquisas com empreendedoras de micro e pequenas empresas de outras regiões do Brasil, para comparar, verificar e validar os desafios e as oportunidades dentro desse campo.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Rosane Oliveira; BATISTA, Luiz Eduardo. **Empreendedorismo feminino**: razão do empreendimento. **Núcleo de Pesquisa da Finan**, v. 3, n. 3, p. 1-14, 2012. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170602115149.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115149.pdf). Acesso em: 25 nov. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016

BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo**: uma visão do processo. Tradução All Tasks. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

BEAUVOIR, Simone. **A força das coisas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEAUVOIR, Simone. **Nova enciclopédia de biografias**. Rio de Janeiro: Planalto Editorial, 1979.

BELTRÃO, Myrian Matsuo Affonso. **Trabalho informal e desemprego**: desigualdades sociais. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BERTOLAMI et al. Sobrevivência de empresas nascentes: influência do capital humano, social, práticas gerenciais e gênero. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 311-335, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/vCKmBzmhcxvgf3xtTWLpfbk/?lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2023.

BERTOLINI, Jeferson. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **Saberes**, Natal, v. 18, n. 3, p. 86-100, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1984-3879.2018v18n3ID15937>. Acesso em: 10 set. 2023

BONI, Paulo César. As transformações geográficas e populacionais de Londrina na década de 40. In: BONI, Paulo César (Org.). **Certidões de nascimento da história**: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá. Londrina: Planográfica, 2009, p. 40-51.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil (1916). Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Congresso Nacional, 1916. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm). Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: Acesso em 05 mar. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 5 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002. Código Civil (2002). Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: 5 mar. 2022.

BRASIL. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n.º 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei n.º 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e n.º 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 14 dez. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm). Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Painel do Mapa de Empresas**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 12 out. 2023.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTTNER, E. Holly; MOORE, Dorothy. P. Women's organizational exodus to entrepreneurship: self-reported motivations. **Journal of Small Business Management**, v. 35, n. 1, p. 34-46, 1997. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/E-Holly-Buttner/publication/279548467\\_Women%27s\\_organizational\\_exodus\\_to\\_entrepreneurship\\_Self-reported\\_motivations\\_and\\_correlates\\_with\\_success/links/560ee0f108ae0fc513eeaeed/Women-s-organizational-exodus-to-entrepreneurship-Self-reported-motivations-and-correlates-with-success.pdf](https://www.researchgate.net/profile/E-Holly-Buttner/publication/279548467_Women%27s_organizational_exodus_to_entrepreneurship_Self-reported_motivations_and_correlates_with_success/links/560ee0f108ae0fc513eeaeed/Women-s-organizational-exodus-to-entrepreneurship-Self-reported-motivations-and-correlates-with-success.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. Tradução Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARDOSO, Jaime; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chaim, 1986.

CARRIJO, Michele de Castro; FERREIRA, Sara Regina Rizza. Empreendedorismo feminino no Brasil: uma análise a partir de dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM). **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, Pirassununga, v. 6, n. 6, p. 200-225, 2017. Disponível em: <https://fatece.edu.br/arquivos/arquivos-revistas/empreendedorismo/volume6/12.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. v. 2. 9. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Rosimeire Aparecida Angelini. **O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930-1960)**. 1994. 329f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAPERON, Sylvie. **Les Années Beauvoir 1945-1970**. Paris: Fayard, 2000.

CHERLIN, Andrew. J. **Public and private families: an introduction**. 3. ed. New York: Mc Graw Hill, 2001.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUnB, 1993.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 173-178.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada: nossa história, nosso passado**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FARIAS, Marcilene Nascimento de. A história das mulheres e as representações do feminino na história. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300021>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES, José André Tavares; CAMPOS, Fabiana de; SILVA, Mirian Oliveira da. Mulheres empreendedoras: o desafio de empreender. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, n. 20, 2013. Disponível em: [www.eumed.net/rev/cccsc/24/familia-trabalho.html](http://www.eumed.net/rev/cccsc/24/familia-trabalho.html). Acesso em: 24 nov. 2022.

FERREIRA et al. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/YWkhSjgTYnpXtfPy7ynrnSz/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

FILLION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999. Disponível em: <http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/3402005.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. **The Global Gender Gap Report 2023**. World Economic Forum (WEF), Geneva, Switzerland, 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2023>. Acesso em: 16 set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Recorte temático: sexo**. 2021. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Recorte-Tematico-Sexo-GEM-Brasil-2021.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório executivo 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/05/GEM-BR-2022-2023-Relatorio-Executivo-v7-REVISTO-mai-23.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDENBERG, Miriam; TOSCANO, Moema. **A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

GOMES, Almiralva Ferraz. **Mulheres empreendedoras**. Vitória da Conquista: UESB, 2006.

HAHN, Noli Bernardo. Um direito com sabor de injustiças e humilhação: um ensaio relacionando hermenêutica de gênero e direitos humanos. In: GIMENEZ, Charlise Paula Colet; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo & políticas de cidadania e resolução de conflitos**. tomo 7. Campinas: Millennium, 2016. p. 51-70

HEERDT, Ana Paula Szpoganicz. **Empreendedorismo**: livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2023.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do Estado Brasileiro**. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado>. Acesso em: 15 out. 2023.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Base de Dados. 2019. Disponível em: [https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/Densidade%20demogr%C3%A1fica%20-%20Paran%C3%A1.pdf](https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Densidade%20demogr%C3%A1fica%20-%20Paran%C3%A1.pdf). Acesso em: 20 ag. 2022.

IRME. INSTITUTO REDE MULHERES EMPREENDEDORAS. **Mulheres empreendedoras e seus negócios**. 2022. Disponível em: <https://materiais.rme.net.br/lab-irme-mulheres-empendedoras-e-seus-negocios-2022>. Acesso em: 2 out. 2023.

JONATHAN, Eva Gertrudes. Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 373-382, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000300005>. Acesso em: 20 ago. 2022.

JONATHAN, Eva Gertrudes. Mulheres empreendedoras: quebrando alguns tabus. In: ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO, 3., 2001. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2001. 1 CD-ROM.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p. 67-75.

KERGOAT, Danièle. **Lutar, dizem elas...** Recife: SOS Corpo, 2018.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUMPKIN, G. T.; DESS, Gregory G. Linking two dimensions of entrepreneurial orientation to firm performance: the moderating role of environment and industry life cycle. **Journal of Business Venturing**, Indiana, v. 16, n. 5, p. 429-451, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0883-9026\(00\)00048-3](https://doi.org/10.1016/S0883-9026(00)00048-3). Acesso em: 30 out. 2022.

MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais: estruturas**

agrárias. Curitiba: UFPR, 1968.

MACHADO, Hilka Vier et al. O processo de criação de empresas por mulheres. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 6-20, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1676-56482003000200007>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. v. 1 e 2. São Paulo: Atlas, 2005.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; LOPES, Ana Lúcia Magri. Empoderamento de mulheres gerentes: a construção de um modelo teórico de análise. **Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 13, n. 3, 2012.

MORRIS, Michael H.; LEWIS, Pamela S.; SEXTON, Donald L. Reconceptualizing entrepreneurship: an input-output perspective. **SAM Advanced Management Journal**, v. 59, n. 1, p. 1-10, 1994. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/285330560\\_Reconceptualizing\\_entrepreneurship\\_An\\_input-output\\_perspective](https://www.researchgate.net/publication/285330560_Reconceptualizing_entrepreneurship_An_input-output_perspective). Acesso em: 15 ago. 2023.

MORRIS, Michael. H. *Entrepreneurial Intensity: Sustainable Advantages for Individuals, Organizations and Societies*. Westport, CT, USA: Greenwood Publishing Group, Incorporated, 1998.

MURARO, Rose Marie. Introdução. In: KRAEMER, Heinrich; SPRENGE, James. **O martelo das feiticeiras**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015. p. 9-22

NARVAZ, Marta Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/NGxfm9MK4wBdpJ7twQzvfYM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

NICOLODI, Laís de Godoy. **Considerações sobre o patriarcado na perspectiva analítico comportamental**. 2020. 64 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-17062020-173252/publico/nicolodi\\_corrigeida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-17062020-173252/publico/nicolodi_corrigeida.pdf). Acesso em: 1 out. 2023.

NOGUEIRA, Maria da Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho de. **Atendimento a homens autores de violência contra a mulher: lacunas, desafios e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7778/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20-%20Anderson%20Eduardo%20Carvalho%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PALADINO, Gina Gulineli. **Empreendimentos inovadores**. Brasília: IEL Nacional, 2010.

PANDA, Swati. Constraints faced by women entrepreneurs in developing countries: review and ranking. **Gender in Management**, Inglaterra, v. 33, n. 4, p. 315-331, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/GM-01-2017-0003>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PANDA, Swati; DASH, Shridhar. Constraints faced by entrepreneurs in developing countries: a review and assessment. **World Review of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development**, v. 10, n. 4, p. 405-421, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1504/WREMSD.2014.064951>. Acesso em: 5 ago. 2023.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PESSIS, Anne-Marie; MATÍN, Gabriela. Das origens da desigualdade de gênero: In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de. **Marcadas a ferro: Violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar**. Brasília: Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 17-22.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PORTO, Maria de Fátima Silva. **Com licença, eu vou à luta: mulheres empresárias de patos de minas – 1980-90**. 2002. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, Vera. **Crítica literária e estratégia de gênero**. Niterói: EDUFF, 1997.

REED, Evelyn. O mito da inferioridade da mulher. In: REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. p. 57-102. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/1954/mes/mito.htm>. Acesso em: 5 nov. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado**. Belo Horizonte: Leitura, 2009.

RUIZ, Maria R. Personal agency in feminist theory: evicting the illusive dweller. **The Behavior Analyst**, v. 21, n. 2, p. 179–192, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1007%2FBF03391962>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: realidade e mito**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de. **Marcadas a ferro: violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar**. Brasília: Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 35-73

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Kelly Cristine Martins dos; AZEVEDO, Nadia Pereira da Silva Gonçalves. Análise discursiva da posição sujeito das mulheres negras militantes reverberada pelo discurso de Sojourner Truth. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 11-35, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/33589>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril, 1982.

SCHWARTZ, Eleonor Brantley. Entrepreneurship: a new female frontier. **Journal of Contemporary Business**, v. 5, n. 1, p. 47-76, 1976.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender on the Politics History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Empreendedorismo feminino no Brasil em 2022**. 2023a. Disponível em: [https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Empreendedorismo-Feminino-ate-III-trim\\_2022\\_v5.pdf](https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Empreendedorismo-Feminino-ate-III-trim_2022_v5.pdf). Acesso em: 2 out. 2023.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Painel de empreendedorismo 2022**. 2023b. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/painel-de-empreendedorismo-feminino-2022/>. Acesso em: 2 out. 2023.

SILVA, Salete Maria da. Feminismo jurídico: uma introdução. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cgd.v4i1.25806>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA JUNIOR, Luiz Alberto; LEÃO, Marcelo Brito Carneiro. O software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 24, n. 3, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030011>. Acesso em: 27 set. 2023.

SOUZA, Denner Willian Flugge; PASSOS, Aruanã Antonio dos. Soberania, disciplina e biopoder: dimensões da analítica do poder em Michel Foucault. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 3, n. 5, p. 62-81, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rausp/a/rtJ73mSzCyQDcD4ZxBGGbjD/abstract/?lang=pt#t>. Acesso em: 5 out. 2023.

STREY, Marlene Neves. Gênero. In: JACQUES, Maria da Graça Correa et al. (Orgs.). **Psicologia social contemporânea**: livro texto. Petrópolis: Vozes, 1998, p.181-198.

STROBINO, Maria Regina de Campo; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicasos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 49, n. 1, mar. 2014.

TANURE, Paula Torres. **Empreendedorismo e família**: quando flexibilizar horários se torna uma sobrecarga para as mulheres. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11560/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20C3%BAltima.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 jan. 2023.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico metodológica. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

UNESCO. **Relatório de Gênero**. A nova geração: 25 anos de esforços para igualdade de gênero na educação. 2020. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375599>. Acesso em: 05 nov. 2023.

VAISMORADI, Mojtaba et al. Theme development in qualitative content analysis and thematic analysis. **Journal of Nursing Education and Practice**, Pelotas, v. 6, n. 5, p. 100-110, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/225904998.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

VERGA, Everton; SILVA, Luiz Fernando Soares da. Empreendedorismo: evolução histórica, definições e abordagens. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 3–30, 2014. Disponível em: <https://www.regepe.org.br/regepe/article/download/161/pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VIDAL, Diana Gonçalves. “Educação Doméstica” e reforma da instrução pública do Distrito Federal. **Cadernos de Pesquisa — Revista de estudos e pesquisas em Educação**, São Paulo, n. 99, p. 30-35, 1996.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: EdUnB, Imprensa Oficial, 2004.

WEINSTEIN, Barbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não qualificadas a esposas profissionais. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 143-171, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766>. Acesso em: 25 nov. 2022.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Questionário

Prezada Senhora,

Sou mestranda do curso Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), e esta pesquisa está sob a orientação do Professor Dr. Cleverson Molinari Mello.

Sua contribuição é de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa, que tem como objetivo **identificar como as relações de poder e gênero são vivenciadas pelas empreendedoras na gestão dos seus negócios.**

Comprometo-me a encaminhar, após o término do estudo, cópia com as conclusões para cada participante da pesquisa que assim desejar. Ademais, reitero o compromisso de não identificar no trabalho o respondente desta entrevista, a fim de preservar seus dados.

Agradeço a colaboração, pois sua participação é fundamental para o desenvolvimento deste estudo. Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Rosilene Ribeiro Colchon  
rosilene\_ribeiro\_consultora@hotmail.com

1. Sua idade:

- 18 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- 46 a 55 anos
- 56 a 65 anos
- Mais de 66 anos
- prefiro não responder

2. Sua Escolaridade:

- Ensino Fundamental incompleto / completo
- Ensino Médio incompleto / completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Especialização
- Mestrado/Doutorado

3. Estado Civil

- Solteira
- União Estável
- Casada
- Divorciada
- Viúva

4. Possui filhos:

- Sem filhos
- 01 filho
- 02 filhos
- 03 filhos
- Mais de 03 filhos

5. Há quanto tempo desempenha a atividade como empreendedora

- 05 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 16 a 20 anos
- 21 a 25 anos
- 26 a 30 anos
- Mais de 31 anos

6. Cidade em que o negócio/empresa está localizado:

7. Qual o setor que atua

- Serviços
- Indústria
- Comércio

8. Qual seu ramo de atividade:

9. Quais as principais motivações que levaram a iniciar o negócio?

10. Quais as principais consequências que a escolha de empreender trouxe para sua vida?

11. Quais são as principais dificuldades que uma mulher enfrenta ao administrar um negócio? Já enfrentou algum tipo de dificuldade nos negócios pelo fato de ser mulher? Em caso afirmativo, conte-nos um pouco sobre sua experiência.

12. Já enfrentou algum tipo de dificuldade ao comandar os funcionários pelo fato de você ser mulher?

13. Já enfrentou algum tipo de dificuldade ao negociar com fornecedores e clientes pelo fato de você ser mulher?

14. Caso queira falar mais alguma coisa ou contar alguma experiência como mulher empreendedora, sinta-se à vontade:

## APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR SOCIEDADE E  
DESENVOLVIMENTO - PPGSeD****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada:

Você está sendo convidada a participar da pesquisa, Interação Universidade-Empresa: um estudo do Ecossistema da Microrregião de Campo Mourão, sob a responsabilidade de Rosilene Ribeiro Colchon, que irá investigar **como as empresas da Microrregião de Campo Mourão assimilam e promovem a cooperação U-E considerando a inovação e o compartilhamento de tecnologia.**

- 1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:** Ao participar desta pesquisa, você deverá participar de um questionário com perguntas abertas e subjetivas em relação ao projeto desenvolvido entre a universidade e a empresa. Lembramos que sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar e pode desistir em qualquer momento, mesmo após ter iniciado o questionário, sem nenhum prejuízo para você.
- 2. RISCOS E DESCONFORTOS:** No questionário utilizado para realização da pesquisa, o servidor poderá sentir-se constrangido perante as questões. A pesquisa apresenta um risco mínimo, que será reduzido com o cancelamento da pesquisa. Se precisar de tratamento por se sentir prejudicado por causa da pesquisa ou sofrer algum dano decorrente da pesquisa, o pesquisador se responsabilizará pela assistência integral, imediata e gratuita, encaminhando o servidor para um serviço de saúde para atendimento especializado.
- 3. BENEFÍCIOS:** Os benefícios esperados com o estudo constituem uma avaliação constante sobre os relacionamentos estabelecidos no processo de cooperação tecnológica, bem como a necessidade de reflexão sobre o processo de comunicação estabelecido entre os agentes envolvidos nessa cooperação. Esse tipo de pesquisa pode contribuir para a eficácia dos processos de cooperação universidade-empresa.
- 4. CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações que o(a) Senhor(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas pelo instrumento de pesquisa serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum das entrevistas, nem quando os resultados forem apresentados.
- 5. ESCLARECIMENTOS:** Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável e/ou o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESPAR.
- 6. DADOS:** Nome da Pesquisadora responsável: Rosilene Ribeiro Colchon  
E-mail: rosilene\_ribeiro\_consultora@hotmail.com  
Telefone para contato: (44) 99958-7695  
Horário de atendimento: das 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira  
Comitê de Ética em Pesquisa da Unespar  
Endereço: Av. Comendador Norberto Marcondes, 733. Centro, Campo Mourão, PR

7. **RESSARCIMENTO DAS DESPESAS:** Caso a Senhora aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.
8. **CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO:** Se a Senhora estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, em duas vias, sendo que uma ficará com você.

O **sujeito de pesquisa** ou seu representante legal, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – assinando na última página do referido Termo.

O **pesquisador responsável** deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – assinando na última página do referido Termo.